



LARISSA MARIA CALORI ESTEVES

**“EMPRESAS PRIVADAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL: DESAFIOS DE UMA PRÁTICA”**

**“PRIVATE COMPANIES AND ENVIRONMENTAL
EDUCATION PROGRAMS: CHALLENGES OF A PRACTICE”**

Limeira, 2013.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE TECNOLOGIA
MESTRADO EM TECNOLOGIA

LARISSA MARIA CALORI ESTEVES

**EMPRESAS PRIVADAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL: DESAFIOS DE UMA PRÁTICA.**

Orientadora: Prof.^a Dra. Lubienska Cristina Lucas Jaquiê Ribeiro.

**“PRIVATE COMPANIES AND ENVIRONMENTAL
EDUCATION PROGRAMS: CHALLENGES OF A PRACTICE”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação da Faculdade de Tecnologia (FT) da
Universidade Estadual de Campinas, para a
obtenção do título de Mestra em Tecnologia.
Área de concentração: Tecnologia e Inovação.

Dissertation presented to the Graduate Program of
the Faculty of Technology (FT), University of
Campinas, to obtain the title of Master of
Technology.
Area of concentration: Technology and
Innovation.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA LARISSA MARIA CALORI ESTEVES
E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. LUBIENSKA CRISTINA LUCAS JAQUIÊ RIBEIRO

Assinatura do orientador

Limeira, 2013.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR VANESSA EVELYN COSTA CRB-8/8295
BIBLIOTECA UNIFICADA FT/CTL
UNICAMP

Esteves, Larissa Maria Calori, 1984-
Es85e Empresas privadas e programas de educação
ambiental: desafios de uma prática / Larissa Maria
Calori Esteves. -
Limeira, SP: [s.n.], 2013.

Orientador: Lubienska Cristina Lucas Jaquiê Ribeiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Tecnologia.

1. Educação ambiental. 2. Empresas. 3. Responsabilidade
social da empresa. I. Ribeiro, Lubienska Cristina Lucas.
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Tecnologia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Private companies and environmental education programs:
challenges of a practice.

Palavras-chave em inglês (Keywords):

- 1- Environmental education.
- 2- Companies.
- 3- Corporate social responsibility.

Área de concentração: Tecnologia e Inovação

Titulação: Mestra em Tecnologia

Banca examinadora: Lubienska Cristina Lucas Jaquiê Ribeiro, Marta Siviero

Guilherme Pires, Gustavo Massaro Onusic.

Data da Defesa: 28-02-2013

Programa de Pós-Graduação em Tecnologia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM TECNOLOGIA

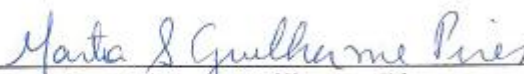
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**EMPRESAS PRIVADAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL: DESAFIOS DE UMA PRÁTICA**

A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta Dissertação:



Prof. Dra. Lubienska Cristina Lucas Jaquiê Ribeiro (Presidente)
FT/UNICAMP



Prof. Dra. Marta Siviero Guilherme Pires
FT/UNICAMP



Prof. Dr. Gustavo Massaro Onusic
USP

Limeira, 2013.

Ao meu pai.
Simplesmente por ser meu pai.

*“Tudo o que você fizer, será insignificante,
“Mas o importante é que você faça”.*
Mahatma Gandhi.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um grande esforço – esforço de muitas pessoas, além de mim, às quais preciso agradecer.

Agradeço a Deus, porque concluir esta pesquisa foi uma questão de fé.

À minha família, pais, irmãos e marido. Afinal, sem eles nada seria possível.

À Professora Dra. Lubienska Cristina Lucas Jaquiê Ribeiro, minha orientadora que aceitou estar comigo neste desafio. Muito obrigada mesmo.

Ao EcoEdu – Plantando Conhecimento, sem este projeto, certamente esta pesquisa não existiria.

Aos funcionários da Faculdade de Tecnologia da Unicamp, pela presteza e profissionalismo sempre demonstrado.

E a todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte desta pesquisa, meus sinceros agradecimentos.

ESTEVEES, Larissa Maria Calori. Empresas Privadas e Programas de Educação Ambiental: desafios de uma prática. Exame de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Limeira, 2013. 96p.

RESUMO

É de grande relevância a atuação das empresas privadas em ações de responsabilidade socioambiental, notadamente as voltadas para a Educação Ambiental - EA. Essas corporações investem aportes de capital todos os anos e detêm um significativo potencial de influenciar centenas ou até milhares de pessoas para uma mudança de atitude, comportamento, ética e provocar a percepção da importância dos mesmos dentro de um processo de produção ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável. O presente trabalho tem como objetivo identificar os principais desafios existentes nos Programas de Educação Ambiental – PEA, desenvolvidos por empresas privadas. Mais precisamente, pretende-se contribuir sobremaneira para o debate sobre as implicações das ações socioambientais das organizações empresariais. Após análise dos PEAs realizados por dez empresas privadas se conclui que esta não deve ter uma abordagem estritamente pontual, isto é, sem ter seu negócio como um todo analisado. Deve englobar toda e qualquer atividade que a empresa privada promova, de forma a não ser um programa único, desconectado, o qual tende a se perder com o tempo se não houver a incorporação dos valores de EA pela organização. Para potencializar a compreensão desta pesquisa, as sugestões foram classificadas em duas vertentes: ações genéricas para o aperfeiçoamento do processo da empresa (como realização permanente de engajamento com *stakeholders*; busca constante por certificações; elaboração e publicação de relatórios de sustentabilidade e o uso de denúncias por parte da comunidade, quando esta se sentir prejudicada) e; propostas direcionadas para melhoramento específico do programa de educação ambiental (como aproximação entre universidade e empresa privadas; uso de indicadores; melhorias na avaliação dos programas além de formação especializada para os educadores ambientais, que operacionalizam os projetos).

Palavras chave: Programa de Educação Ambiental. Empresas Privadas. Educação Ambiental.

ABSTRACT

It is of great importance to the role of private companies in environmental responsibility actions, particularly those related to environmental education - EA. These corporations invest capital contributions every year and hold significant potential to influence hundreds or even thousands of people for a change of attitude, behavior, ethics and cause the perception of their importance within a production process environmentally friendly, socially equitable and economically viable. This study aims to identify the main challenges that exist in Environmental Education Programs - EAP, developed by private companies. More precisely, we intend to contribute significantly to the debate on the implications of the actions of environmental organizations. After analysis of AEP's held for ten private companies concludes that this should not have a strictly punctual, ie without having your business as a whole analyzed. Must encompass any activity that promotes private enterprise, so as not to be a single program, disconnect, which tends to be lost over time if there is no incorporation of the values of EA for the organization. To enhance understanding of this research, the suggestions were classified into two parts: generic actions for improvement of the business process (such as completion of permanent engagement with stakeholders; constant search for certifications, preparation and publication of sustainability reports and the use of reports by part of the community when it feels aggrieved) and; proposals aimed at improving specific environmental education program (as a proxy between the university and private enterprise, use of indicators, assessment of improvements in addition to specialized training programs for environmental educators operationalize projects).

Keywords: Environmental Education Program. Private Companies. Environmental Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: A empresa realiza ações sociais para a comunidade?	37
Gráfico 2 - Quantidade de certificações apresentadas pelas empresas privadas	48
Gráfico 3 - Empresas Privadas com certificações de Sustentabilidade	49
Gráfico 4 - Empresas Privadas com certificações de Sustentabilidade	49
Gráfico 5 - Empresas Privadas que possuem Programa de Educação Ambiental para seus funcionários	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Brasil: A empresa realiza ações sociais para a comunidade?	36
Tabela 2- Quantidade de certificações apresentadas pelas empresas privadas	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
EA	Educação Ambiental
EAEB	Educação Ambiental Empresarial brasileira
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas Aéreas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação e da Cultura
MINTER	Ministério do Interior
ONU	Organização das Nações Unidas
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente

SUMÁRIO

1. CAPÍTULO 1 - Introdução	16
2. CAPÍTULO 2 – Objetivo	21
3. CAPÍTULO 3 – Revisão Bibliográfica	23
3.1. Educação Ambiental	24
3.1.1. Histórico da Educação Ambiental	25
3.1.2. A Educação Ambiental e as Empresas Privadas	32
4. CAPÍTULO 4 – Metodologia	40
5. CAPÍTULO 5 – Resultados e Discussão	45
5.1. Caracterização das empresas privadas analisadas	46
5.2. Caracterização dos PEAs analisados	47
5.3. Desafios de uma prática	52
5.3.1. Ações genéricas para o aperfeiçoamento dos processos da empresa	53
5.3.1.1. Certificações	53
5.3.1.2. Relatório de Sustentabilidade	54
5.3.1.3. Engajamento de <i>stakeholders</i>	56
5.3.1.4. Desenvolvimento de PEA para funcionários	58
5.3.1.5. Denúncia	59
5.3.2. Ações direcionadas para o melhoramento específico do PEA	60
5.3.2.1. Avaliações utilizadas nos Programas de Educação Ambiental	60
5.3.2.2. Uso de Indicadores	63

5.3.2.3.	Formação especializada para os educadores do PEA	64
5.3.2.4.	Aproximação da Universidade e empresas	66
6.	CAPÍTULO 6 – Conclusão	69
7.	CAPÍTULO 7 – Referências Bibliográficas	73
8.	CAPÍTULO 8 - Anexos	81

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO



Cuidado, escola! Ed. Brasiliense, 1986, p. 58.

“A meta final de qualquer pesquisa não é a objetividade, mas a verdade.” (Helene Dustsch).

A sensibilização para a problemática ambiental ainda não se traduziu em práticas administrativas e operacionais – que funcionem de fato - por parte das empresas privadas.

Caso isso ocorresse, o aumento generalizado de problemas ambientais não apresentaria a intensidade que hoje se observa.

Todavia, a crescente pressão por parte da população, dos investidores e clientes, além da frequente evolução na legislação ambiental e o crescente envolvimento de ONGs nas questões globais, entre outros fatores, conduzem as empresas a repensarem sobre suas interfaces com o meio ambiente.

Em consequência disto, as empresas passam a perceber que um planejamento ambiental pode lhes trazer benefícios financeiros, reduzindo custos com tratamento e disposição de resíduos ou, mesmo, com o pagamento de multas pelo não cumprimento da legislação ambiental.

Essa nova percepção pode ser expressa através das seguintes estratégias empresariais: cumprimento além do que exige a legislação ambiental; redução de custos de produção; otimização do uso dos recursos naturais; minimização da geração de resíduos e marketing de produtos e processos mais limpos (ANDRADE *et al.*, s.d., *on line*)¹.

Provavelmente, se não houvesse pressões da sociedade e medidas governamentais, não se observaria o crescente envolvimento das empresas em matéria ambiental (BARBIERI, 2007).

Nesse ínterim, surge a educação ambiental como uma oportunidade de mudança de mentalidade perante a problemática ambiental global que se apresenta. Cabe a ela fornecer instrumentos para que as pessoas e as organizações que assumem responsabilidades possam responder aos principais desafios do mundo de hoje (LOUREIRO *et al.*, 2006).

¹ http://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep_aux.php?e=8

Quanto mais a preocupação ambiental estiver interiorizada em todos os funcionários, independentemente dos cargos que ocupam ou funções que exerçam, mais eficaz será a gestão ambiental (Barbieri, 2007).

De acordo com Busato (2008), há o início do processo de EA, na organização:

“Diante de políticas públicas indutoras de posturas menos agressivas ao meio, dentro de uma sociedade econômica globalizada em que cidadãos cada vez mais se aproximam pela disponibilidade e acessibilidade das informações e cuja percepção da grave crise ambiental que o planeta vive também é crescente, o empresariado, preocupado em que sua empresa tenha valor hoje e sempre, percebe que não possui nenhuma alternativa, a não ser firmar a sua atuação de forma decisiva também no processo de Educação Ambiental.” (BUSATO *et al.*, 2008).

Almeida (2002) propõe a ideia de integração e interação, como uma nova maneira de olhar e transformar o mundo, baseada no diálogo entre saberes e conhecimentos diversos. No mundo sustentável, uma atividade não pode ser pensada ou praticada em separado, porque tudo está inter-relacionado e em permanente diálogo.

A EA vem ganhando espaço e importância no segmento empresarial desde que o bom desempenho ambiental tornou-se diferencial competitivo no mundo dos negócios. Também, com o aumento das exigências impostas pela legislação ambiental, as empresas começam a ser mais cobradas por esse desempenho. Um exemplo disso é que, atualmente, os processos de emissão de licenças ambientais já incluem a implementação de Programas de Educação Ambiental (PEAs) como condicionante, demonstrando a importância da Educação Ambiental para o segmento empresarial, além de ser reconhecida pelos órgãos de controle ambiental (ABREU, 2008).

Com o crescente aumento de PEAs, se faz necessário uma avaliação macro sobre tais programas.

Esta pesquisa está estruturada em oito capítulos principais: introdução, objetivos, revisão bibliográfica, metodologia, resultados e discussão, conclusão, referências bibliográficas e anexos.

Na introdução discorre-se sobre o tema central da pesquisa em um contexto mais amplo.

No capítulo 2 é apresentado o objetivo precípua da dissertação. O capítulo referente à revisão bibliográfica está moldado de maneira a sistematizar as contribuições disponíveis na literatura, os quais trazem à luz da discussão as concepções centrais relativas à EA e seu elo com empresas privadas.

Na metodologia é relatada o enquadramento da investigação com foco em alguns pontos que se mostraram notórios para tornar saliente o objetivo, dentro do contexto da pesquisa. Também é detalhada a abordagem metodológica utilizada e os mecanismos de coleta e interpretação dos dados.

No que tange os Resultados e Discussões são delineados os proventos decorrentes de reflexões dos exames minuciosos realizados. Apresentam-se sugestões de melhorias que devem servir como guia para empresas privadas que almejam eficiência em seus PEAs.

Em Conclusões são demonstradas as principais ilações oriundas da pesquisa e algumas alternativas de aprofundamento para estudos posteriores.

Ao término da pesquisa é apresentado o leque de referências citadas no corpo da dissertação. Estas, por sua vez, embasaram de fonte teórica as análises e considerações sobre as diferentes circunstâncias abordadas na pesquisa.

No capítulo referente a Anexos, são disponibilizadas informações que vem a corroborar a pesquisa realizada.

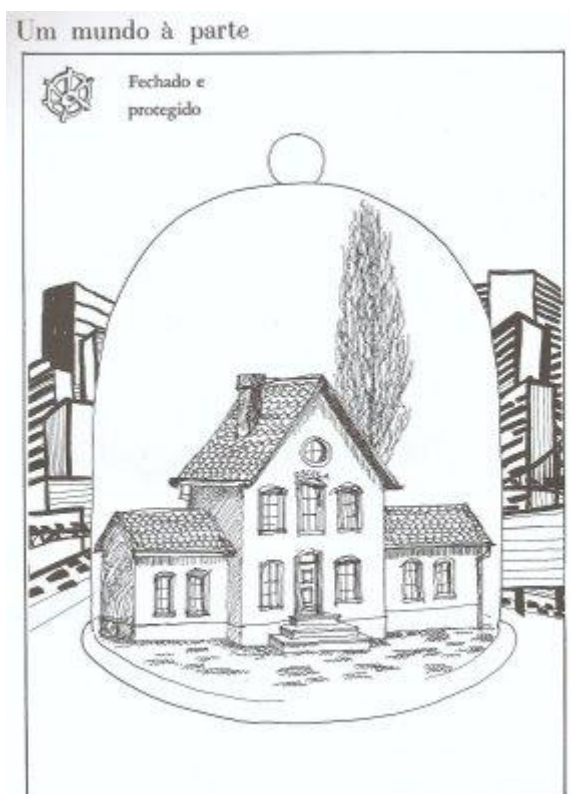
Por fim, Guimarães (2000) destaca que:

[...] a Educação Ambiental já é uma realidade, que políticas públicas estão sendo traçadas para essa questão, sem, contudo, que esta institucionalização esteja sendo acompanhada por um devido aprofundamento crítico nas discussões por parte dos educadores e da sociedade em geral [...] Em uma concepção crítica de Educação, acredita-se que a transformação da sociedade é causa e consequência (relação dialética) da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão, educando e educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade, com seus problemas sociais e ambientais, sendo, estes, conteúdos do trabalho pedagógico.

No que tange o conjunto da produção brasileira acerca do tema, há poucas referências explícitas ao contexto teórico-metodológico nos títulos das teses e dissertações. Após a leitura de algumas obras, pesquisadas no banco de dados da CAPES, foi possível perceber um distanciamento entre a Academia e as Empresas Privadas, quando o assunto são Programas de Educação Ambiental. Em sua maioria, há o apontamento de problemas nos programas de educação ambiental, mas em poucos há sugestões de melhorias / soluções para uma melhora na qualidade nos programas oferecidos.

Desta forma, a intenção desta pesquisa não é identificar as empresas e classificar seus programas, mas sim, perceber uma demanda e encontrar sugestões de melhorias para que, não apenas uma ou duas empresas melhorem a qualidade de seus programas, mas que grande parte das empresas privadas possa, de forma eficiente e eficaz, desenvolver seus programas de educação ambiental.

CAPÍTULO 2 - OBJETIVO



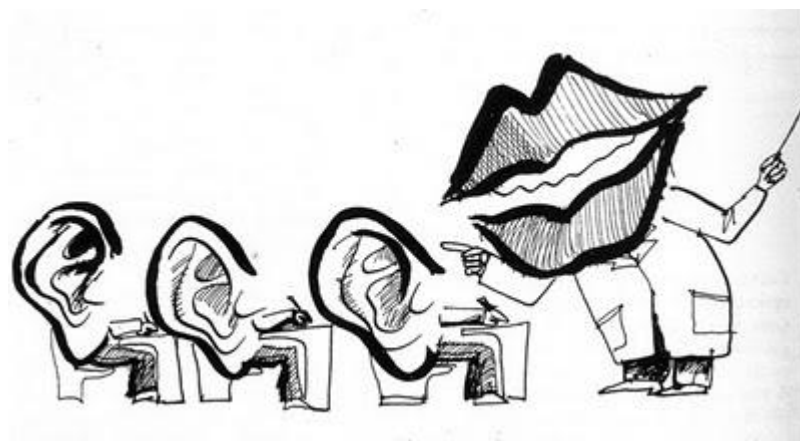
Cuidado, escola! Ed. Brasiliense, 1986, p.42.

*Das Utopias
Se as coisas são inatingíveis... Ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!*
Mario Quintana (2001)

2. Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo identificar os principais desafios existentes nos programas de educação ambiental desenvolvidos por empresas privadas. Mais precisamente, pretende-se contribuir sobremaneira para o debate sobre as implicações das ações socioambientais das organizações empresariais.

CAPÍTULO 3 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA



Cuidado, escola! Ed. Brasiliense, 1986, p.48.

O homem vive da natureza, quer dizer: a natureza é seu corpo, com o qual tem que manter-se em permanente intercâmbio para não morrer (Karl Marx).

3. Revisão Bibliográfica

Este capítulo comporta uma seção importante: a de fundamentação teórica, que explicita o estado da arte, ou seja, o que já se conhece, cientificamente, a respeito do assunto pesquisado.

3.1. Educação Ambiental

Grande parte dos profissionais de educação ambiental no Brasil tem conhecimento de que existem várias interpretações sobre o que é a educação ambiental. Desta feita, muitas e diferentes práticas educativas; realizadas em universidades, escolas, creches, movimentos sociais, sindicatos, empresas, associações de classe, meios de comunicação, organizações não governamentais, secretarias de Estado, entre outras, sejam identificadas como tal.

Para Cascino (1996), o movimento histórico da educação ambiental tem provocado “ecologização da educação”, originando novas possibilidades de se pensar/praticar a educação dentro do que o autor chama de “eco pedagogia”.

A “eco pedagogia”, ainda segundo Cascino (1996), fundamenta-se a partir dos novos paradigmas científicos, cujo exemplo mais evidente é a diversidade da interpretação do que seja a educação ambiental.

Essa diversidade, amplamente positiva, presente tanto nos seus aspectos conceituais quanto metodológicos, tem se tornado uma de suas principais características no nosso país.

A temática ambiental brasileira é variada e complexa, assim não poderia ser diferente a forma de se trabalhar com ela na educação ambiental. Se analisar brevemente os vídeos, resumos e relatórios de experiências, reportagens na televisão ou publicadas nos jornais mais conhecidos

do país, as cartilhas, os livros, as teses, dissertações e monografias, enfim, os diversos documentos existentes, pode-se confirmar essa diversidade conceitual e metodológica.

A educação vem passando, nos últimos anos, por um acelerado processo de discussão sobre as finalidades e possibilidades e sobre as bases científicas, filosóficas e políticas que fundamentam as políticas públicas em relação à formação dos cidadãos e cidadãs e a mão-de-obra qualificada exigida pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado.

Evidentemente este debate realizado na perspectiva macro, influencia as práticas pedagógicas cotidianas utilizadas por anônimos profissionais.

Para tanto, torna-se fundamental se fazer uma historiografia sobre a EA, a fim de que haja um entendimento amplo acerca das práticas e metodologias correntes.

3.1.1. Histórico da Educação Ambiental

A atual devastação ambiental resulta do processo histórico de produção da existência humana, onde o homem modifica a matéria-prima fornecida pela natureza, para seu próprio bem-estar, exercendo uma ação de dominação que revela um processo de interação homem/natureza, baseado numa relação desigual (FREIRE, 2006).

Ao visitar tempos passados, se visualiza explicitamente a magnitude da problemática ambiental do mundo globalizado.

Segundo Loureiro (2003), de 1501 a 1760, com base na expansão colonial europeia e no crescimento do capitalismo agrário, verificou uma ampliação desenfreada dos espaços locais tanto americanos quanto europeus e como consequência disso, uma ampla degradação do solo. O crescimento desorganizado da indústria e da urbanização, entre os anos 1760 a 1945 levou a

sufocar o meio ambiente propiciando os primeiros sinais de extinção de espécies decorrentes da ação humana.

Brandão (2007) afirma que com esse processo se assiste por toda a parte pessoas, animais, plantas e florestas tornando-se mercadorias, cujos valores são regidos por um sistema de interesses, lucros e concentração de poderes.

Dessa feita, percebe-se que com o crescimento demográfico, a conformação de uma estrutura industrial e consumista, a expansão tecnológica e a disseminação dos moldes ocidentais por todo o mundo, o aparecimento das mazelas ambientais, estão ocorrendo de maneira acelerada e na maioria das vezes descontroladas (LOUREIRO, 2003). Em relação à ameaça a natureza ressalta-se que:

A ameaça a Natureza, os seus ambientes e a Vida, não é apenas a ganância com que a civilização converte tudo e todos em mercadorias, e se apossa de tudo o que pode converter em lucro, em nome de um capital sem rosto e nome, disfarçado, de progresso ou desenvolvimento, mas o fato de todos estarmos perdendo aos poucos e de maneira universal e crescente, alguns sentidos essenciais, sentimentos ancestrais e significados a respeito do valor original de nós mesmos, seres humanos e a respeito do valor Vida (BRANDÃO, 2007).

Como se percebe a problemática ambiental não é recente e o que se vê atualmente é sua acentuação, causada pela humanidade, por todo o desenvolvimento da civilização. A discussão no tocante a esses problemas também não é recente. Em 1962, o livro —Primavera Silenciosa da jornalista Rachel Carson provocou uma grande inquietação internacional sobre a temática ambiental. A autora demonstrou um encadeamento de acidentes ambientais, por todo o mundo, causados por absoluto descuido dos setores industriais (DIAS, 1991). Dessa maneira, em março de 1965, educadores reunidos na Conferência de Keele, na Grã-Bretanha, acordaram que a questão ambiental deveria ser debatida imediatamente na escola, sendo incluída na instrução da

sociedade, aparecendo o termo Educação Ambiental – EA. Em 1970, a Sociedade Audubon publicaria *Um lugar para viver*, um manual para professores que incorporava a dimensão ambiental em várias atividades curriculares e viria a se tornar um clássico da literatura sobre EA (DIAS, 1991).

No desenrolar dos eventos históricos em 1972, o Clube de Roma publicou o relatório, *Os limites do crescimento econômico*, relatando que o vertiginoso consumismo da humanidade, atingiria um limite de crescimento e, provavelmente um desfalecimento. Como resultado da repercussão internacional desse relatório foi realizado a Conferência da Organização Nações Unidas – ONU sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, reunindo representantes de 113 países. Foi nesta conferência, que pela primeira vez na história da humanidade, o tema ambiental e a necessidade de compatibilizar a economia com o manejo sustentável de recursos naturais foram incorporados na agenda política internacional (FREIRE, 2006).

Como medida advinda da Conferência de Estocolmo, a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas – UNESCO promoveu em 1975, em Belgrado, Iugoslávia, um encontro internacional sobre Educação Ambiental, reunindo representantes de todos os países ligados a ONU.

A reunião resultou na elaboração dos princípios e orientações para um programa internacional de EA. Essas recomendações geraram a *Carta de Belgrado* (DIAS, 1991).

Assim descreve Genebaldo Dias:

Preconizava a necessidade de uma nova ética global, capaz de promover a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e da dominação humana e censurava o desenvolvimento de uma nação à custa de outra, acentuando a urgência de formas de desenvolvimento que beneficiassem toda a humanidade.

Freire (2006) conceitua que, a Carta de Belgrado é um dos elementos vitais para a solução da crise do meio ambiente mundial.

Por outro lado, Dias (1991) também afirma que a crescente preocupação com a degradação do meio ambiente levou a UNESCO em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a realizar em 1997, a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, na Geórgia (ex-URSS).

A Conferência de Tbilisi foi o ápice da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, iniciado em Belgrado (1975), e ajudou a caracterizar a EA, estabelecendo suas diretrizes domésticas e internacionais.

A EA surge no Brasil muito antes da sua institucionalização no governo federal. Por meio de artigos de autores brasileiros e de um persistente movimento conservacionista. Dias (1991), relata que em 1970, fundava-se no Brasil a *Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural*, precursora de movimentos ambientalistas em território nacional, quando ainda não havia nem mesmo uma legislação ambiental, como a maioria das nações.

Uma situação desafiadora ocorreu nas décadas de 60/70, quando o Regime Militar proibiu o debate político e as ações coletivas, onde a temática social não fazia parte da pauta educacional. O ambientalismo figurava como um empecilho à configuração da nova ideologia nacional, calcada no paradoxo do desenvolvimento econômico. A EA, nesse período, desenvolvia-se sob os marcos do naturalismo, desprovido de debate político que articulasse as questões ambientais às socioeconômicas (FREIRE, 2006).

Dessa forma, no início dos anos 70 ocorre a emergência de um ambientalismo que se une às lutas pelas liberdades democráticas, que se manifesta através da ação isolada de professores, estudantes e escolas, por meio de pequenas ações de organizações da sociedade civil ou mesmo de prefeituras municipais e governos estaduais com atividades educacionais

relacionadas às ações voltadas à recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente (BRASIL, 2005).

O processo de institucionalização da educação ambiental teve início em 1973, com a criação, da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, primeiro organismo oficial brasileiro, de ação racional, orientado para a gestão integrada do meio ambiente (DIAS, 1991; BRASIL, 2005).

A SEMA foi criada para monitorar o controle de poluição, estabelecendo o programa das estações ecológicas (pesquisa e preservação) originando relevantes normatizações.

A SEMA permitiu o esclarecimento e a educação do povo brasileiro quanto aos recursos naturais, com objetivo principal, a manutenção do meio ambiente. Além de iniciar projetos de Educação Ambiental voltados para a inserção da temática ambiental nos currículos escolares dos antigos 1º e 2º graus (BRASIL, 2005).

Cabe salientar que depois do Encontro de Belgrado (1975), a EA no Brasil foi confundida com ecologia. O Ministério de Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Interior (MINTER) no ano de 1976 assinaram um Protocolo de Intenções, para firmar uma parceria técnica e institucional em EA, moldando-se num meio formal para o desenvolvimento de ações conjuntas.

Nesse mesmo ano ocorreu também a criação dos cursos de pós-graduação em Ecologia nas Universidades do Amazonas, Brasília, Campinas, São Carlos e o Instituto Nacional de Pesquisas Aéreas - INPA em São José dos Campos (DIAS, 1991; BRASIL, 2005).

Segundo Dias (1991) [...] as ações referentes à Educação Ambiental na América Latina começaram a se organizar em 1979, quando ocorreu na Costa Rica o Encontro de Educação Ambiental para a América Latina. Essa reunião compôs uma gama de seminários regionais de EA para professores, planejadores educacionais e administradores, promovidos pela UNESCO. Nesse ano no Brasil o departamento do Ensino Médio/MEC e a Companhia de Tecnologia de

Saneamento Ambiental (CETESB) publicam o documento — Ecologia — Uma proposta para o Ensino de 1º e 2º graus.

Em 1981 foi publicada a Lei 6.938, que dispunha sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Através da PNMA, o governo federal estabeleceu a inclusão da EA em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, para a participação ativa da comunidade na defesa do meio ambiente, evidenciando a capilaridade que se desejava imprimir a essa prática pedagógica (BRASIL, 2005). A PNMA não apresentou resultados esperados: a questão ambiental continuou sendo percebida como algo inerente às florestas, mares e animais ameaçados de extinção e a EA como algo meramente ecológico. Entretanto, o parecer 819/85 do MEC reiterou a importância da inclusão de conteúdos ecológicos ao longo do processo de formação do ensino de 1º e 2º graus, integrados a todas as áreas do conhecimento de forma sistematizada e progressiva, possibilitando a formação da consciência ecológica do futuro cidadão (DIAS, 1991).

Na América Latina, a EA foi iniciada nas universidades através da realização do 1º Seminário sobre Universidade e Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, realizado em Bogotá – Colômbia, em 1985, o qual sugeriu a construção de um plano de ação regional de inclusão da temática ambiental no ensino superior latino-americano.

Nas universidades brasileiras a EA começou a ser discutida através dos Seminários Nacionais sobre Universidade e Meio Ambiente, ocorridos no período de 1986 a 1990, sendo o primeiro realizado em Brasília (1986) com o objetivo de iniciar um processo de integração entre as ações do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e do sistema universitário (FREIRE, 2006; DIAS, 1991).

De forma similar, um componente relevante para a EA no Brasil foi a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de — promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Com a constituição o debate em torno das questões ambientais avançou no cenário nacional, fortalecendo e mencionando explicitamente a importância do meio ambiente para a nação (FREIRE, 2006; BRASIL, 2005).

De acordo com Tinoco (2008), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92 foi o ponto de partida para que o planeta passasse a ser visto de maneira diferente e se intensificassem os esforços para protegê-lo.

Através de seus ilustres cidadãos – os homens e seus instrumentos de poder – o planeta foi revisto, rediscutido, analisado. Já não cabia apenas desvendar os limites do crescimento, mas sim, pensar conjuntamente homens, mulheres e a natureza, porque fazem parte dos mesmos sistemas, existem pelas mesmas razões; porque há uma interdependência inquestionável. Agora, já se sabia sem dúvida alguma, que há um futuro comum. Foi, portanto, nesse espaço privilegiado, que se expandiu a noção de desenvolvimento sustentável. (CASCINO, 1999).

Um dos reflexos das ações desenvolvidas na Rio 92 foi à proliferação de Organizações Não Governamentais que passaram a defender o tema e atuar de forma concomitante com o Poder Público.

Pode-se dizer que, foi neste momento, que teve início, de forma um pouco tímida, a participação das empresas acerca do tema.

As empresas mais pressionadas pela opinião pública buscavam tomar "banhos de verde". Recorriam às pressas à ajuda de especialistas em marketing, na tentativa de mudar a imagem comprometida por décadas, às vezes séculos de descaso ambiental. Faltava às empresas formular o seu papel no mundo da sustentabilidade (ALMEIDA, 2002).

Em 1999, foi instituída no Brasil a Política Nacional de Educação Ambiental, mediante a Lei nº 9795, que, em seu artigo 2º, estabelece: “A Educação Ambiental é um componente permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 1999).

A partir da ação territorializada dos diferentes atores sociais, com seus distintos interesses, compreensões e necessidades, instauram-se os processos de apropriação e uso do patrimônio natural e realizam-se os atos educativos voltados para a gestão democrática do ambiente (LOUREIRO, 2002).

Assim, proliferam-se debates sobre educação ambiental no contexto global e também a execução de ações locais.

3.1.2. A Educação Ambiental e as Empresas Privadas

Layrargues lembra que, entre a década de 1960 até meados da década de 1980, a visão de desenvolvimento era contrária à de conservação ambiental. Segundo o autor, acreditava-se que para haver o crescimento econômico seria necessário poluir (LAYRARGUES, 1998 *apud* RIBEIRO, 2007).

Na década de 1970 o foco da responsabilidade social estava no ‘controle ambiental’. Já na década 1980, o ‘planejamento ambiental’ passou a ser observado, seguido na década de 1990 da ‘gestão ambiental’. Somente no início do século XXI que se passou a observar a importância das ações de ‘responsabilidade social e ambiental’ (SANTOS, RODRIGUES, 2010).

Foi na década de 1970 que começou a ser discutida a criação de um modelo de desenvolvimento que conciliasse as relações econômicas com o bem estar das sociedades e a

gestão responsável dos recursos naturais que Sachs denominou de eco desenvolvimento (SACHS, 1986 *apud* SORRENTINO, 2005, *on line*).

Mesmo que seja um tema atual, o envolvimento de empresas privadas em assuntos de interesse público não é novidade. Recentemente, todavia, a temática vem apresentando novos traços.

As conferências internacionais têm sido o espaço onde essas ideias são apresentadas, debatidas, legitimadas, influenciando assim, governos, universidades, meios de comunicação de massa, sociedade civil organizada e a população em geral.

Segundo Almeida (2002), no Brasil, a partir de 1992 com a II Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), houve o fortalecimento de novos atores no cenário ambiental: as ONGs e entidades como WWF (Fundo Mundial para a Natureza) e o Greenpeace acumularam qualificação técnica e reconhecimento popular. Entretanto, a saber, as companhias não se mostraram impelidas a incorporarem práticas sustentáveis em suas operações, ele menciona que: “Mais tímida foi à participação das empresas. No universo empresarial, a dimensão ambiental era vista, na melhor das hipóteses, como um mal necessário. No máximo, submetiam-se aos controles estabelecidos pelo poder público.”

No Brasil, produziram-se inúmeras publicações, debates, reportagens, prêmios e entidades em prol do investimento das empresas na área social. Termos como filantropia, cidadania empresarial, ética e responsabilidade social nos negócios passam a fazer parte do discurso empresarial brasileiro.

Pode-se dizer que a partir deste momento, as empresas intensificaram a discussão sobre o tema EA, sendo importante considerar nos negócios três aspectos: econômico, ambiental e social. Foi o início de uma grande mudança.

Embora ainda tenha uma longa jornada pela frente, o conceito de desenvolvimento sustentável já se firmou o bastante para incorporar, com clareza e de forma indissolúvel, as dimensões econômicas, ambiental e social das ações humanas e suas consequências sobre o planeta e os seres que o habitam. Ficaram para trás os tempos de, primeiro, predomínio do econômico e indiferença para o ambiental, depois, preocupação exclusiva em proteger a natureza, da qual o homem, com suas dores e necessidades parecia alijado. No novo mundo tripolar, o paradigma é o da integração de economia, ambiente e sociedade, conduzida e praticada em conjunto por três grupos básicos: empresários, governo e sociedade civil organizada (ALMEIDA, 2002).

Para Schommer (2000), há uma série de possibilidade que motivam a ação empresarial nesse campo:

“Podem estar relacionados à obtenção de vantagens competitivas, já que os consumidores passam a valorizar a ética e a participação das empresas na comunidade. Em muitos casos, são de fundamentação religiosa ou moral. Em outros, o objetivo é promover valores de solidariedade interna e identificar e desenvolver lideranças entre os funcionários. Pode ser apenas uma resposta a incentivos oferecidos pelo governo ou por outras organizações. Pode ser uma orientação da matriz, no caso de empresas multinacionais, como resultado de uma percepção da importância do investimento para os objetivos estratégicos da empresa. E o investimento pode decorrer de uma visão estratégica de sobrevivência no longo prazo, diante da consciência de que os problemas sociais e ambientais da atualidade tendem a tornar inviável o sistema produtivo vigente” (SCHOMMER, 2000).

Para Layrargues (1998) “(...) descobre-se, finalmente, que o investimento em qualidade ambiental, por dentro e por fora da empresa, robustece os ganhos de produtividade e de competitividade da indústria brasileira”.

Desde então, a EA tem sido apresentada como ferramenta para a obtenção de melhoria no ambiente, diminuição de custos e, conseqüentemente, aumento de lucratividade (ATAÍDE, 1998).

Anterior a este período, em 1981, houve a criação Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, como uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa ou a partidos políticos. Dentre suas áreas de atuação, está a Responsabilidade Social e ética nas organizações. Mas, somente em meados de 1990, ganhou evidência.

Neste período também, alguns processos de emissão de licenças ambientais passaram a incluir a implementação de Programas de Educação Ambiental (PEAs) como condicionante, demonstrando a importância da Educação Ambiental para o segmento empresarial, além de ser reconhecida pelos órgãos de controle ambiental (ABREU, 2008).

Em 2000, a criação dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social (parceiro do IBASE) passou a ser difundido e utilizado pelo setor privado.

A revista Exame publicou o *Guia de Boa Cidadania Corporativa*, que enumeram os projetos sociais realizados por empresas privadas bem como os montantes investidos².

² O Guia de Boa Cidadania Corporativa mudou, ao longo dos cinco anos, a categorização dos investimentos; assim, as rubricas que permaneceram ao longo dos cinco anos foram educação, saúde, meio ambiente e cultura. As demais sofreram realocações durante o período. Com objetivo de comparabilidade, optou-se por manter estas quatro categorias fixas, agrupando as demais sob a rubrica outros.

De acordo com a tabela 1, é possível evidenciar que, no Brasil, para os investimentos de empresas em ações sociais, no período de 2000 a 2004, houve um crescimento de 41,23 %, ou seja, o equivalente a mais de seiscentos milhões de reais.

Tabela 1 – Investimentos de empresas privadas em ações sociais (em milhões de reais, valores correntes).

Foco	2000	2001	2002	2003	2004	Tx. Cresc. (%)
Educação	63,04	206,70	303,79	229,87	265,00	43,19
Saúde	1,91	33,11	54,53	20,93	272,13	245,44
Meio ambiente	29,25	45,50	41,45	44,97	54,50	16,83
Cultura	55,31	42,16	71,41	45,15	45,54	-4,74
Outros	72,64	176,10	222,10	187,04	246,55	35,73
Total	222,16	503,57	693,28	527,97	883,71	41,23

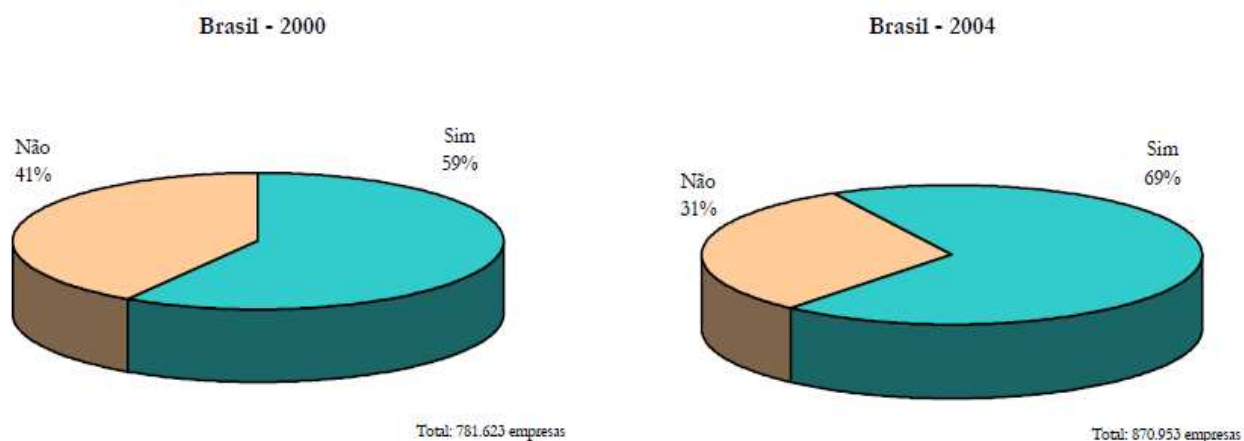
Fonte: Guia de Boa Cidadania Corporativa – Revista Exame (2000 a 2004).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA - realizou uma pesquisa³, entre o final da década de 1990 e 2004, onde é possível observar um crescimento generalizado na proporção de empresas que declararam realizar algum tipo de ação social para a comunidade (por região, por setor de atividade econômica e por porte).

O gráfico 1 demonstra este crescimento, onde 69% das empresas informaram que realizam alguma ação social para a comunidade. Um aumento de 10% se comparado com a mesma pesquisa realizada em anos anteriores.

³ A primeira edição da pesquisa “A Iniciativa Privada e o Espírito Público” foi composta em três etapas diferentes: em 1999 para o Sudeste, 2000 para Nordeste e Sul, e 2001 para Norte e Centro-Oeste. Os dados publicados se referem ao ano imediatamente anterior – assim, os dados coletados para o Sudeste são do ano de 1998, para o Nordeste e Sul os dados são de 1999, e para Centro-Oeste e Norte os dados são de 2000. Vale ressaltar, entretanto, PELIANO (2002:7) considera que “essa discrepância temporal na obtenção dos dados regionais não compromete o somatório das informações para o país como um todo na medida em que o fenômeno da ação social das empresas não se altera substancialmente num curto espaço de tempo e nem há expressivas mudanças no total das unidades que compõem o universo anual das empresas de cada região”. A segunda edição da pesquisa teve sua primeira etapa publicada em dezembro de 2004, com dados atualizados para as regiões Sudeste e Nordeste (Peliano, 2004).

Gráfico 1 – Brasil: A empresa realiza ações sociais para a comunidade?



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil – IPEA / DISOC (2006).

Para o IPEA, o conceito utilizado para definir ação social, foi deliberativamente amplo:

(...) tendo sido considerada qualquer atividade que as empresas realizaram, em caráter voluntário, para o atendimento de comunidades nas áreas de assistência social, alimentação, saúde, educação, entre outras. Essas atividades incluem desde pequenas doações eventuais a pessoas ou instituições, até grandes projetos mais estruturados.

Foram excluídas do conceito de ação social, portanto, as atividades executadas por obrigação legal, como por exemplo, as contribuições compulsórias às entidades integrantes do chamado Sistema “S” (Sebrae, Sesi, Sesc, Senac, Senai, Senat, SESCOOP e SENAR) (IPEA, 2004).

Estas informações são importantes, pois, nesta pesquisa, os programas de educação ambiental desenvolvidos pelo setor privado se enquadram no conceito amplo de ação social. Não é possível identificar exatamente, qual é o montante investido em EA, mas, por verossimilhança, se pode verificar um aumento no valor investido em EA pelas empresas.

O investimento em programas específicos sobre EA faz parte do investimento social privado.

Conforme a Tabela 2 - que demonstra o Investimento Social Privado, por regiões – se nota que o montante quase atinge 5 milhões de reais. Isso remete a necessidade do desenvolvimento de metodologias para tais ações sociais, o que inclui a EA.

Tabela 2 - Investimento Social Privado, por Região: montante de recursos investidos* e comparação com o PIB, 2000 e 2004.

	Recursos Investidos, em 2004 (em R\$)	Recursos Investidos em Relação ao PIB (%)	
		2000	2004
Sudeste	3,3 bilhões	0,66	0,34
Nordeste	537 milhões	0,20	0,22
Sul	562,7 milhões	0,19	0,19
Centro-Oeste	240,8 milhões	0,16	0,18
Norte	93,8 milhões	0,10	0,11
Brasil	4,7 bilhões	0,43	0,27

Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas no Brasil - IPEA/DISOC (2006).

Nota: * Em valores constantes de 2004. Deflacionado pelo INPC médio anual.

Independentemente da razão, isso demonstra que as empresas estão investindo no desenvolvimento, na operacionalização de programas de educação ambiental e a preocupação com a qualidade deste é inerente ao processo.

Layrargues (2002), parafraseando Gonçalves, alerta a respeito da necessidade de romper uma equivocada percepção, que, infelizmente, resiste ao longo do tempo: a ideia de que o pensamento e o movimento ambientalista se conjugam no singular.

Adams (2005) em seu trabalho sobre a EA no contexto produtivo, arrolando 16 empresas brasileiras certificadas com a ISO 14001 verificou que a EAEB não apresentou: a) referencial teórico metodológico nas práticas; b) baixo criticismo; c) baixa reflexão nos atos pedagógicos.

Sugere, dessa maneira, a EAEB apontada somente para a conquista de certificações e prêmios, as quais podem ser classificadas como estratégias de marketing empresarial.

As próprias empresas que desenvolvem práticas efetivamente comprometidas com o desenvolvimento de uma economia e sociedade mais sustentável, em geral são muito mais tímidas e menos efetivas para divulgar suas iniciativas ligadas à Responsabilidade Social Empresarial - RSE que em outras divulgações que desenvolve para seus produtos, serviços e marca corporativa.

Muitas vezes isso ocorre porque estas empresas, em busca de coerência, acreditam que não devem usar essas práticas como parte da estratégia de marketing, e terminam por não divulgá-las ou fazê-lo apenas junto aos públicos beneficiados. Desta forma, as iniciativas não alcançam visibilidade e os consumidores podem perceber um discurso, mas não a sua aplicação prática efetiva (AKATU, 2010).

Na Universidade existem poucos trabalhos analíticos sobre a Educação para a Gestão Ambiental Brasileira (EGAB).

Layrargues (2000b) modelou amplo trabalho sobre a EGAB, que se tornou um expoente no contexto brasileiro. Nele, identifica fronteiras e incoerências da EGAB, revelando a mais temerosa delas: a procura da qualidade de vida do Homem segundo o ponto de vista antropocêntrico e não de seu ecossistema, ou seja, eliminando a visão biocêntrica.

Munhoz (2006), após participação em grupos de trabalho na REBEA, constatou destacada necessidade de se desenhar apropriados critérios de qualidade para os serviços de EAEB o que se infere qualidade conceitual.

Nesse panorama, a qualidade de vida humana pode andar ao lado dos ecossistemas planetários. Na esfera de instituições fiscalizadoras e reguladoras é notório o trabalho de Quintas, Gomes e Uema (2005) sendo um balizador de conceito e metodologia para a EA no licenciamento de empresas, que são as premissas conceituais de Tbilisi.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA



Cuidado, escola! Ed. Brasiliense, 1986, p. 61.

Compreender, eu diria, é saber que o sentido poderia ser outro (Orlandi, 1993).

4 – Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados para esta pesquisa envolveram ferramentas como observação participante, análise documental dos programas de EA (análise de apresentações, fotografias, avaliações, vídeos, painéis, sites, etc), revisão bibliográfica, e realização de entrevistas semiestruturadas com responsáveis pelos programas.

Os instrumentos para a coleta de dados constituíram-se de “caderno de pesquisa” ou “jornal de itinerância⁴” (BARBIER, 1996), principal ferramenta de campo, com o registro, análise e reflexão sobre as observações.

O caderno de itinerância acompanhou a autora por todo o trajeto: ‘ler e reler o material até chegar a uma espécie de impregnação do seu conteúdo (MICHELAT, 1980 *apud* LUDKE & ANDRÉ, 1986).

A ideia inicial deste estudo era acompanhar PEAs de 21 empresas do setor florestal com as quais a autora possuía contato. Contudo, diante de fatores limitantes de tempo e de interesse por parte das empresas, foi necessário focar apenas 10 organizações.

Em alguns casos, foram realizadas entrevistas individuais e semi-estruturadas com os responsáveis pelos PEAs das empresas, para aprofundar o conhecimento sobre os programas de educação ambiental, foco desta pesquisa. Todas as entrevistas foram registradas no caderno de itinerância da autora.

Tais profissionais pertenciam principalmente ao departamento de meio ambiente e, em poucos casos, à área de responsabilidade social corporativa.

⁴ Conforme Barbier (1996), o “jornal de itinerância” (ou diário de itinerância) da pesquisa refere-se às anotações e registro de campo elaborado no percurso, no itinerário, enquanto “caminhos”, “descrição da viagem” do processo. Um diário onde o pesquisador anota não só as falas, eventos, acontecimentos, mas também as suas impressões íntimas, pessoais, angústias, avanços, comentários, mas também as suas impressões íntimas, pessoais, angústias, avanços, comentários, comparações, autores e teorias que lhe vêm à mente, num movimento que se refere ao vivido.

Tais entrevistas foram norteadas por um roteiro que permitia compreender melhor as ações desenvolvidas e as particularidades existentes entre os programas. A partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações (LUDKE & ANDRÉ, 1986).

As principais informações que o roteiro buscava eram:

- (i) *Existência de base teórica para os projetos*: definições teóricas de termos ligados à educação ambiental por parte da empresa, quais são e se tais definições são utilizadas no programa; equipe de trabalho possui formação específica sobre o assunto.
- (ii) *Material didático utilizado*: é elaborado pela própria empresa, bibliografia consultada, forma de apresentação (folder, livros, slides, CDs, DVDs, etc)
- (iii) *Continuidade / descontinuidade dos projetos*: período de realização dos projetos, quais são as razões para continuar e/ou descontinuar um projeto.
- (iv) *Público envolvido*: abrangência do projeto (crianças, jovens, adultos, idosos), interno (para funcionários) e/ou externos.
- (v) *Indicadores utilizados pela empresa*: perceber os valores que a empresa adota e detêm sua atenção, como são levantados e apresentados.
- (vi) *Orçamento para o programa*: quanto financeiramente, a empresa destina para o programa, podendo comparar com seu faturamento e com demais projetos.

Para alcançar o objetivo proposto, o material empírico construído foi analisado qualitativa e quantitativamente.

Pesquisa qualitativa é compreendida aqui como um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Esta abordagem metodológica tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979 *apud* NEVES, 1996).

O método de trabalho adotado foi o de estudo de casos, de natureza explanatória, ou seja, preocupa-se em investigar relações entre elementos que explicam determinado fenômeno (Yin, 1994).

Para este estudo de caso, os destaques são as dez empresas estudadas minuciosamente.

Nisbet e Watt (1978) citados por Ludke e André (1986), apontam três estágios contidos no estudo de caso: a primeira é denominada de aberta ou exploratória, a segunda é mais organizada em termos de coleta de dados e a terceira é a interpretação dos dados e compilação dos resultados.

O estágio de exploração é indispensável para a definição mais fidedigna do objetivo do estudo. É a fase de delinear os elementos decisivos, de planejar a proximidade inicial para adentrá-la o campo de estudo, de identificar os informantes e as fontes de dados necessários.

Neste caso, tal fase iniciou-se no momento que a autora ingressou como responsável por um PEA. A partir deste instante deu-se a sedimentação da proposta investigada.

Durante o período de coleta de dados houve, por parte da autora, atuação como observadora – participante. A respeito das duas últimas fases, André e Ludke (1986), neste sentido, ressaltam que estas fases mais do que se completam em uma simples sequência linear, elas se encontram em diversos momentos sugerindo um constante movimento no encontro teoria empiria.

Segundo Minayo (1998) a análise e interpretação dos dados têm como finalidade estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando ao contexto cultural da qual faz parte.

As finalidades acima citadas são complementares. Desta forma, esta fase de interpretação dos dados, é de fundamental importância.

As observações, em alguns momentos foram participativas, já que, por vezes, as anotações analíticas juntaram-se as descritivas somando-se às reflexões pessoais da pesquisadora (LAVILLE & DIONNE, 1999).

Conforme Bodgan e Biklen (1982) citados por Ludke e André (1986):

- O ambiente natural como sua fonte de dados, sendo que estes se apresentam predominantemente explicativos;
- O processo é mais importante do que o produto;
- O foco de atenção do pesquisados está, especialmente, no significado que as pessoas dão as coisas e à sua vida;
- Preocupação em retratar a perspectiva dos participantes;
- A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO



A

vida na escola e a escola na vida, Ed. Vozes, 1984, p 66/67

“Pesquisa é o cotidiano mais cotidiano. Não supõe lugar especial, salário adicional, horário específico. Isto não impede que alguém se dedique apenas à pesquisa como princípio científico, mas exige que toda profissionalização conserve pelo menos pesquisa como princípio educativo (...).”
(Pedro Demo).

5. Resultados e Discussão

Primeiramente há a apresentação das principais características dos PEAs, objeto de estudo da pesquisa, baseado nos diálogos constantes no caderno de itinerância, registros feitos ao longo do período da pesquisa conjuntamente com o banco de dados da CAPES.

O conhecimento só pode ser pertinente se ele situar seu objeto no seu contexto e, se possível, no sistema global do qual faz parte, se ele cria uma forma incessante que separa e reúne, analisa e sintetiza, abstrai e reinsere no concreto (MORIN, 2000).

O primeiro resultado apresentado refere-se que é ilusório considerar que a EA, enquanto prática educativa e social seja uma panacéia para os assuntos ambientais, uma vez que não é seu alvo preponderante. Neste sentido, a EA tem uma atribuição à transformação.

5.1. Caracterização das empresas privadas analisadas

Esta pesquisa abrange 10 empresas privadas do setor florestal, que desde a década de 70 passou a adquirir personalidade dentro do contexto agrário brasileiro, em função da grande demanda de madeira para projetos industriais.

As empresas em questão, em sua maioria, possuem base florestal para atender suas próprias necessidades de consumo.

O cuidado necessário para garantir a produtividade das florestas renováveis inclui pesquisas, estudos e análises para o aprimoramento de espécies e para o desenvolvimento de novas tecnologias.

A prevenção contra queimadas e a eco eficiência do manejo florestal também são alvos de investimentos constantes pela maioria das companhias. Há Centros de Pesquisas com laboratórios e pesquisadores de diferentes áreas, trabalhando em conjunto e desenvolvendo técnicas e processos mais sustentáveis.

5.2. Caracterização dos PEAs analisados

Com base nas referências bibliográficas consultadas e, principalmente no levantamento das informações, realizado com a participação de 10 (dez) diferentes empresas privadas, foi possível identificar os desafios existentes no desenvolvimento de programas de EA.

Há uma série de atividades em comum, praticável pelas empresas privadas pesquisadas. A internalização da necessidade de programas de EA é realidade nas empresas, sendo a velocidade de pesquisas que relacionam EA com empresas privadas, muito lentas. O interesse na melhoria dos programas é sempre demonstrado, seguido de frustração pela falta de pesquisas acadêmicas específicas para o tema.

Na maioria dos casos analisados, os objetivos dos programas norteavam: importância do manejo correto nas florestas plantadas, descrição das etapas envolvidas em seu processo produtivo e disseminação de conceitos sobre a preservação do meio ambiente e/ou consciência ecológica para que os participantes atuem como multiplicadores dos conceitos.

Em algumas empresas há um espaço específico para a realização do programa, conhecido como Centro de Educação Ambiental, Casa da Natureza, Espaço Educador, dentre outros.

Em todos os programas ocorre a chama trilha ecológica ou interpretativa. Por se tratar de empresas com bases florestais, elas acreditam ser importante este contato próximo do participante com natureza, demonstrando as principais diferenças entre florestas plantadas e matas nativas.

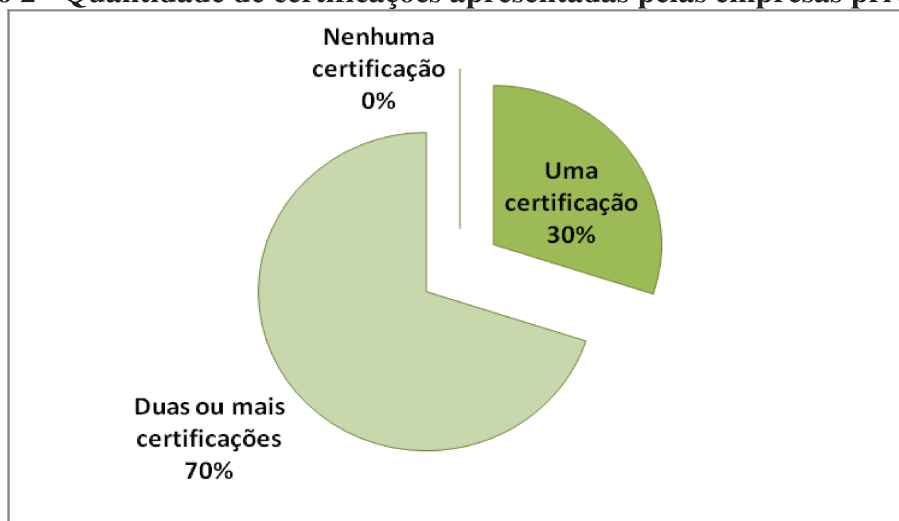
Em 100% das empresas são constantes o recebimento de solicitações para realização de palestras com o tema educação ambiental. Em alguns momentos, aquelas são destinadas a professores, em outros, direcionadas em sua maioria para alunos do ensino fundamental.

A base teórica para edificar as atividades de EA na empresa é de fundamental importância a fim de que se atinja uma aprendizagem consciente e significativa. Todavia, o embasamento teórico nos projetos pesquisados praticamente não existe.

De acordo com Adams (2005) as fontes apontadas nos dados da pesquisa, que fundamentam os trabalhos de EA nas empresas, são insatisfatórias, do ponto de vista didático-pedagógico.

De acordo com o Gráfico 2, zero é o número das empresas pesquisadas que não apresentam nenhuma certificação. Tal informação permite concluir que 100% das empresas envolvidas na pesquisa, apresentam pelo menos uma certificação.

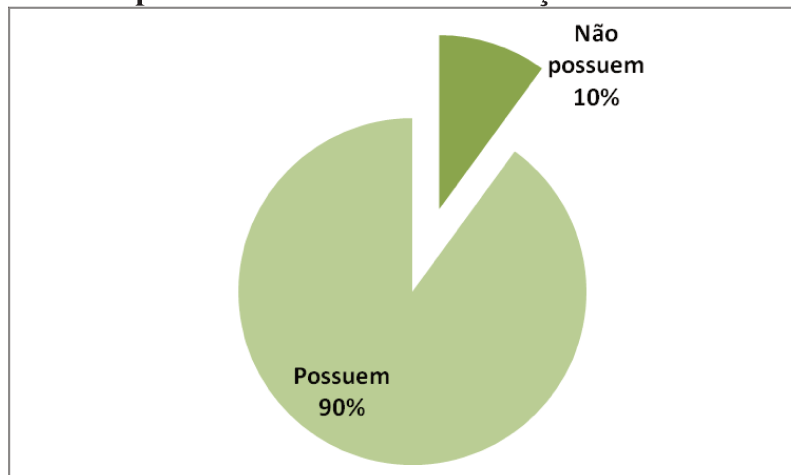
Gráfico 2 - Quantidade de certificações apresentadas pelas empresas privadas.



Fonte: Dados coletados pela autora, 2012.

O Gráfico 3, apresenta a relação de empresas privadas que possuem certificações de sustentabilidade, ou seja, apenas 10% delas, não possui nenhuma certificação específica sobre o tema. Isso demonstra a iminente preocupação por parte do setor privado, com a sustentabilidade.

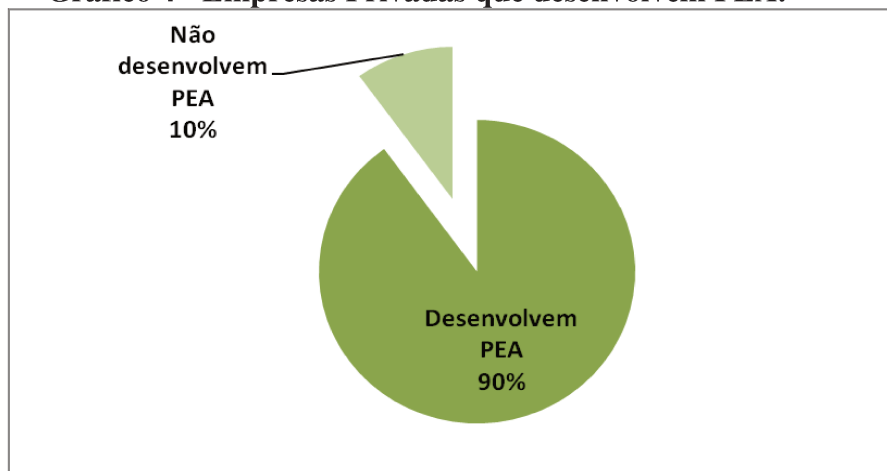
Gráfico 3 - Empresas Privadas com certificações de Sustentabilidade.



Fonte: Dados coletados pela autora, 2012.

Dentre as 10 empresas pesquisadas, um total de 9 desenvolve programa de EA, conforme demonstrado no Gráfico 4. Sendo que, apenas uma delas, por questões técnicas, não o classifica como PEA. Este é denominado como um programa de difusão do manejo florestal, onde também ocorre o debate de questões pontuais sobre EA.

Gráfico 4 - Empresas Privadas que desenvolvem PEA.

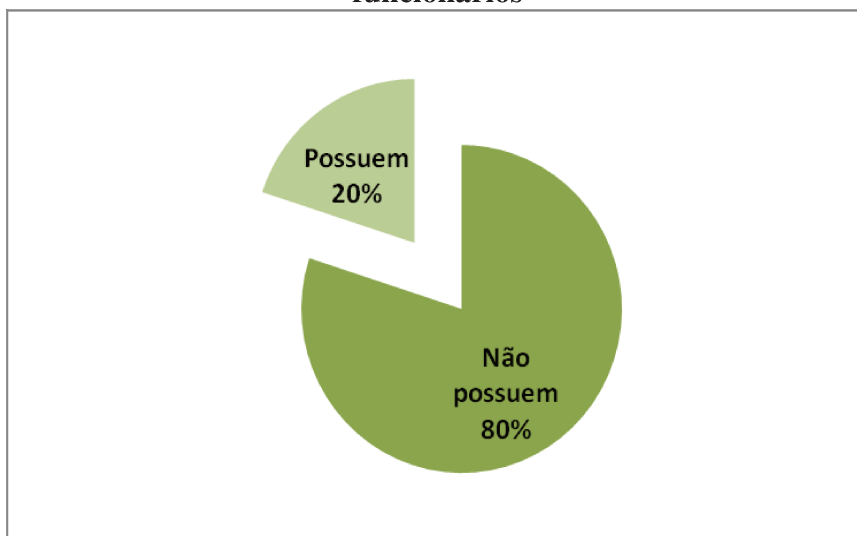


Fonte: Dados coletados pela autora, 2012.

Um resultado importante é o fato da totalidade dos entrevistados (dez) - mesmo aquele cuja organização não desenvolve PEA - demonstrarem total interesse em ter, melhorar e agregar valor aos seus programas. Todos os envolvidos questionaram como poderiam fazer isso além de evidenciar total interesse por parte da empresa em efetivar tal melhoria.

São inúmeras as semelhanças entre os programas. Em 100 % dos PEA's há a atividade de “trilha ecológica” ou “trilha interpretativa”, principalmente pelo fato das empresas em questão serem ligadas a área florestal. O público alvo dos projetos são crianças e adolescentes, e, em alguns momentos, professoras (processos de formação em EA). Conforme a Gráfico 5, em apenas 20% das organizações, há o desenvolvimento de um programa de EA específico, direcionado para seus funcionários.

Gráfico 5 - Empresas Privadas que possuem Programa de Educação Ambiental para seus funcionários



Fonte: Dados coletados pela autora, 2012.

Os dados apresentado no gráfico anterior é preocupante. Mesmo sendo 9 o total de empresas que desenvolvem PEA, o fato de apenas 2 direcionarem tal programa para seus funcionários denota uma preocupação no caminho da sustentabilidade a ser percorrido. Como sensibilizar o público externo a organização, se seus funcionários sequer sabem o que é EA?

Uma atividade comum entre as 10 empresas analisadas é a promoção de palestras, com duração mínima de duas horas, para professores da rede pública. Às vezes ocorre por requisição da Secretaria da Educação e, em alguns casos, por sugestão da própria empresa. O objetivo principal na maioria dos casos é a necessidade de conhecer e/ou aperfeiçoar definições e metodologias para o desenvolvimento de atividades de EA em sala de aula.

Com base no resultado das entrevistas realizadas, foi possível identificar os principais desafios enfrentados pelas empresas privadas no desenvolvimento de seus programas de educação ambiental.

Após análise dos relatórios de sustentabilidade publicados por algumas empresas, foi possível identificar que, o valor geral investido em programas sociais é relativamente baixo, em comparação com o faturamento da empresa: giram em torno de 1%. Importante destacar que este montante se refere a todos os programas, e não apenas PEA, ou seja, o valor investido em PEA é ainda inferior.

O valor investido especificamente em EA foi uma informação que nenhuma empresa divulgou, quer seja porque o entrevistado não a detinha no instante da entrevista, quer seja porque a própria organização não autorizou sua divulgação. Em alguns relatórios de sustentabilidade é possível identificar o montante investido em projetos sociais pelas empresas privadas, particularmente para o PEA.

Infelizmente, sem a informação dos valores gastos, não é possível fazer um comparativo entre as empresas; bem como desenhar uma estrutura de PEA adequada a cada investimento.

No contato com as empresas envolvidas, foi possível identificar uma questão preocupante e comum a todas elas: (i) qual a melhor metodologia a ser usada nos programas de EA?

5.3. Desafios de uma prática

A análise dos PEA's realizada por empresas privadas, não deve ter uma abordagem estritamente pontual, isto é, sem ter seu negócio como um todo analisado. Deve englobar toda e qualquer atividade que a empresa privada promova, de forma a não ser um programa único, desconecto, o qual tende a se perder com o tempo se não houver a incorporação dos valores de EA pela organização.

Os resultados desta pesquisa revelaram vários desafios igualmente enfrentados pelas organizações, os quais devem apresentar como fio condutor um plano de ação robusto que contemple as diferentes variáveis das práticas sustentáveis. Em outras palavras, se faz necessário que o pilar do Meio ambiente seja um sustentáculo da empresa e este seja levado em consideração na forma como a empresa conduz os seus negócios através de suas políticas gerenciais (missão, visão e valores), bem como sua interação com os *stakeholders*.

Este capítulo apresenta questões que não podem ser esquecidas por uma organização que almeje progresso em seus programas de EA. É a sistematização e a realização do conjunto de ações listadas abaixo que proporcionarão melhorias constantes e permanentes na qualidade e efetividade dos programas desenvolvidos.

Para potencializar a compreensão desta pesquisa, as recomendações estão classificadas em duas vertentes: ações genéricas para o aperfeiçoamento do processo da empresa e; propostas direcionadas para melhoramento específico do programa de educação ambiental. Tais ações devem ser desenvolvidas concomitantemente com os PEAs das empresas privadas, promovendo benefícios diretos para a empresa e para a comunidade. Assim, com o desenvolvimento das ações abaixo, acredita-se no aumento efetivo da qualidade dos programas desenvolvidos.

5.3.1. Ações genéricas para o aperfeiçoamento dos processos da empresa

5.3.1.1. Certificações

Certificação⁵ é a ação de certificar; asserção da realidade ou veracidade de um fato, neste caso, é o processo no qual uma terceira parte acreditada, percorre minuciosamente uma organização, de forma a averiguar um determinado processo / sistema e emite um certificado para demonstrar que ela obedece aos princípios definidos na norma. Tais certificações apresentam prazo para vencimento, sendo necessária uma averiguação regular.

Uma empresa apresenta certificações, para atender as exigências do mercado, proporcionando aumento de competitividade às organizações e diversos benefícios à sociedade.

Há um rápido crescimento neste tema, sendo possível encontrar certificações nacionais e internacionais sobre os mais variados temas como qualidade, segurança e saúde ocupacional, gestão ambiental, responsabilidade social, dentre outras.

Há dois tipos de certificações: voluntária ou compulsória. Aquela se refere a uma ação espontânea, não sendo regulamentada por um órgão oficial, atuando como um diferencial, causando um aumento na credibilidade desta, perante o mercado. Esta é condição obrigatória, e sem ela, não há concessão para a continuidade da empresa. É regulamentada por lei ou portaria, dá prioridade às questões de segurança, saúde e meio ambiente e obriga a colocação de uma identificação da conformidade à certificação (Selo de identificação).

Quanto mais certificações voluntárias uma empresa privada apresentar, mais seriedade será creditada a ela na forma como desenvolve o seu negócio.

⁵ Definição encontrada no Dicionário Michaelis em: <http://michaelis.uol.com.br>.

5.3.1.2. Relatório de Sustentabilidade

De acordo com o Instituto Ethos, o relatório de sustentabilidade é a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações. Um relatório de sustentabilidade é um documento que informa o desempenho econômico, ambiental, social e de governança da organização relatora.

O modelo de relatório da Global Reporting Initiative (GRI) é atualmente o mais completo e mundialmente difundido.

A GRI apresenta a mais abrangente **Estrutura para Relatórios de Sustentabilidade** do mundo. E proporciona maior transparência organizacional a qual pode ser utilizada por qualquer organização.

Fundada em 1997 pela CERES e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), a GRI é uma Organização não governamental composta por uma rede de “*multistakeholders*”.

A edificação GRI, considerando as Diretrizes para a Elaboração de Relatórios (ANEXO 3), determina os preceitos e indicadores que as organizações podem fazer uso para medir e comunicar seu desempenho econômico, ambiental e social.

Seu processo de criação contribui para compromissar as partes interessadas da organização, a análise minuciosa dos principais impactos, a elaboração dos indicadores e a comunicação com os públicos de interesse.

Cada vez mais organizações querem tornar suas operações mais sustentáveis e estabelecer um processo de elaboração de relatório de sustentabilidade para medir desempenhos, estabelecer objetivos e

monitorar mudanças operacionais. Um relatório de sustentabilidade é a plataforma fundamental para comunicar os impactos de sustentabilidade positivos e negativos bem como para obter informações que podem influenciar na política, estratégia e nas operações da organização de uma forma contínua (GRI, 2012).

De acordo com a GRI (2012), são várias as razões pelas quais as companhias e organizações podem relatar, tais como:

- Aumentar a compreensão sobre os riscos e oportunidades que elas enfrentam;
- Melhorar a reputação e a fidelidade à marca;
- Ajudar seus *stakeholders* a compreender os impactos de sustentabilidade e desempenho;
- Enfatizar a relação entre o desempenho organizacional financeiro e o não financeiro;
- Influenciar na estratégia e política de gestão em longo prazo e planos de negócios;
- Servir como padrão de referência (*Benchmarking*) e avaliação de desempenho de sustentabilidade com respeito às leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias;
- Demonstrar como a organização influencia e é influenciada pelas expectativas relativas ao desenvolvimento sustentável;
- Comparar o desempenho organizacional interno e entre outras organizações;
- Conformidade com os regulamentos nacionais ou com os requisitos referentes à bolsa de valores.

Portanto, o fato de uma empresa privada publicar seu relatório de sustentabilidade sobre suas atividades, sendo isto algo voluntário, denota seu comprometimento com a sociedade e desenvolver seu negócio de forma mais sustentável.

5.3.1.3. Engajamento de *stakeholders*

Para Freire, na sua “pedagogia do oprimido” o método dialógico é necessário para que os indivíduos possam ser mais críticos do sistema onde estão inseridos. Estes por sua vez, tomam consciência a partir da comunicação com os interlocutores e com a realidade. A reflexão sobre este fato é fundamental nesse processo, pois possibilita achar soluções para problemas dentro de um processo político e participatório. Mas Freire alerta que o tipo de participação deve ser crítico e não manipulativo, para permitir que as pessoas pensem por si, no desenvolvimento de seu cotidiano, e não pelo referencial daquilo que é colocado pelos outros.

Engajamento de *stakeholders* (partes interessadas) constitui-se na promoção de diálogos entre a organização e um ou mais públicos de relacionamento. Tem como objetivo dividir e entender anseios e interesses mútuos – particularmente aqueles direcionados para a tomada de decisões da organização. Deve ser respeitoso, inclusivo, participativo e adequado a cada tipo de *stakeholder*, envolvendo as várias partes.

São consideradas aqui, partes interessadas como sendo públicos relevantes com interesses pertinentes à companhia, ou ainda, indivíduos ou entidades que assumam algum risco, direto ou indireto, em face da sociedade. Entre outros, destacam-se: acionistas, funcionários, comunidade, clientes, fornecedores, credores, governos e organizações não governamentais.

As organizações podem ver a transparência como uma ameaça ou uma oportunidade. Algumas organizações fogem dela e a combatem. Outras acreditam que trarão melhores resultados se alinharem suas estratégias com os interesses de suas partes interessadas (TAPSCOTT, 2005).

Ainda segundo Tapscott (2005), em um mundo transparente, os valores e a integridade dos negócios ensejam a geração da confiança que reforça o relacionamento com todas as partes interessadas, o que por sua vez possibilita modelos de negócio em rede e a geração de valor –

produtos e serviços competitivos, funcionários motivados, sociedades estáveis e apoiadoras e acionistas com retorno.

Promover este diálogo - processo de conversar com as partes interessadas, corresponder-se com elas ou consultá-las de forma multilateral, em busca de um entendimento comum (INSTITUTO ETHOS, 2000) – garante às empresas a construção de relacionamentos, gerenciamento de riscos, além de aumentar sua capacidade de responder a desafios.

Através do diálogo com a sociedade, é possível identificar suas verdadeiras necessidades e situações difíceis, fornecendo à empresa a condição de contribuir de forma decisiva na resolução de problemas locais.

Costa-Pinto (2003) enfatiza a importância da potência de ação como elemento fundamental na construção da identidade local:

Elementos estes que guardam em si uma riqueza cultural imensurável e que ao ser valorizada fortalece a identidade da população local e pode ser capaz de fornecer elementos de fundamental importância para se pensar em um desenvolvimento local compatível com a permanência e até incremento da biodiversidade (COSTA – PINTO, 2003).

Ao se conhecer profundamente uma comunidade, a empresa saberá a real necessidade de desenvolver um PEA, tendo seus objetivos voltados para a solução de problemas locais, e não apenas para promoção dos negócios da empresa.

5.3.1.4. Desenvolvimento de PEA para funcionários

A verificação dos treinamentos de EA nas empresas também foi objetivo de pesquisas realizadas anteriormente pela academia.

Fritzen e Molon (2004) investigaram o processo de capacitação do público interno de uma indústria do setor petroquímico no momento da certificação da norma ISO 14001. Os autores concluíram pelo estudo realizado que os trabalhadores não se envolveram com os treinamentos realizados pela empresa, por que não se sentiam mobilizados a participar das atividades oferecidas, ação que deveria ter sido realizada anteriormente ao treinamento: estimular, criar demanda. Esses autores mostraram que tais treinamentos executados por razão da obtenção de certificações não vão ao encontro dos princípios da EA.

Além disso, em alguns casos específicos, há um desrespeito com o trabalhador, haja vista que na maioria das vezes, os treinamentos são ministrados em período de férias, reduzindo o prejuízo financeiro da empresa e esclarecendo que treinamentos para certificação ISO 14001 são realizados para o atendimento de normas.

No que diz respeito às características não positivas da sistemática educativa dentro das empresas, as informações apontam como obstáculos: ausência de tempo suficiente; custos elevados, escassez de recursos, perdas no processo produtivo e ausência de comprometimento; reduzido número de trabalhadores para serem facilitadores internos; entraves para correlacionar tarefas internas com programas externos de EA; mensuração de retorno com complexa realização, pouco interesse por parte dos colaboradores; sobrecarga de trabalho; baixo grau de escolaridade e situação sócio-econômica dos colaboradores.

Para o bom desenvolvimento do PEA empresarial é necessário que a EA seja perene, caso contrário o sistema se deteriora com o tempo. Para com Leff (2001) isto implica em educar para formar um pensamento crítico, criativo e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações

entre processos naturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva global, mas diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que o definem.

[...] A Educação Ambiental conduz os profissionais a uma mudança de comportamento e atitudes em relação ao meio ambiente interno e externo às organizações. A educação ambiental nas empresas tem um papel muito importante, porque desperta cada funcionário para a ação e a busca de soluções concretas para os problemas ambientais que ocorrem principalmente no seu dia-a-dia, no seu local de trabalho, na execução de sua tarefa, portanto onde ele tem poder de atuação para a melhoria da qualidade ambiental dele e dos colegas. Esse tipo de educação extrapola a simples aquisição de conhecimento (VIEIRA, 2005).

Portanto, quando uma organização está disposta a desenvolver um PEA completo, é possível que este seja simples e com baixo custo, desde que haja base teórica. Além de se adaptar às necessidades de qualquer organização.

5.3.1.5. Denúncia

A participação no processo de modificação da sociedade, para que ela se torne cada vez mais justa e responsável, exige, em alguns momentos, que as irregularidades – quando existentes - sejam denunciadas às autoridades competentes, para que sejam tomadas as atitudes mais corretas em cada caso.

Tais irregularidades podem ser contábeis, financeiras, fiscais, ambientais, jurídicas, sociais, dentre diversas outras, devendo ser denunciadas por funcionários e/ou qualquer pessoa da sociedade que souber de algo ou se sentir prejudicada por alguma razão.

Antes de qualquer coisa, é importante verificar se este caso deve ser denunciado. Uma abordagem direta com a empresa envolvida, na intenção de se compreender a situação.

Este contato inicial é fundamental para a compreensão do grau de comprometimento da empresa com a sociedade. Geralmente existe um canal de comunicação e relacionamento específico com seus clientes e/ou comunidade, por meio de serviço gratuito: um número de 0800, através de seu site e, contato direto na empresa. Muitas favorecem este relacionamento, proporcionando opções para que toda e qualquer pessoa possa acioná-la.

Caso haja o contato direto e ainda assim o problema persista, sempre haverá a possibilidade de denunciar o fato ao órgão competente. Muitas pessoas não sabem onde denunciar, entretanto, isto não pode ser impedimento para a efetivação da denúncia.

Procurar ajuda na delegacia mais próxima, na prefeitura do município ou na secretaria relacionada ao fato (meio ambiente, educação, serviço social, dentre outras) pode ser uma alternativa para a solução do problema.

5.3.2. Ações direcionadas para o melhoramento específico do PEA

5.3.2.1. Avaliações utilizadas nos Programas de Educação Ambiental.

É unânime a prática de aplicar “avaliações”, também conhecidas como “pesquisas de satisfação”, por parte das empresas privadas ao final das atividades de seus programas de educação ambiental. Em alguns casos, há pouca abertura para o debate e na maioria das vezes com caráter tendencioso, estas avaliações nem sempre refletem a verdade.

Para SATO (2001) a avaliação, no contexto das ações de EA, deve ir além da metodologia tradicional de “apontar culpados e inocentes”, ela é a verificação dos processos desenvolvidos, possibilitando intervenções nas ações de modo a superar limites e manter as potencialidades.

BLAYA (2004) expõe que existem basicamente quatro tipos de avaliação:

A “Avaliação Somativa”, que objetiva apenas apresentar os resultados obtidos em um processo educativo. Nela, “pretende-se traduzir de uma forma quantificada, à distância em que uma situação educativa ficou de uma meta que se arbitrou ser importante atingir”. A “Avaliação Formativa”, com um enfoque de garantir ao processo educativo que ele atinja seus objetivos. A “Avaliação Diagnóstica”, que objetiva mostrar o andamento dos participantes, identificando aqueles que não estão acompanhando o grupo, e atuando para aproximá-lo do desejado. E a “Avaliação Emancipadora” que “utiliza-se do senso de autocrítica e autodesenvolvimento do aluno, através de instrumentos como a auto-avaliação, a co-avaliação” (BLAYA, 2004).

Em uma empresa, sempre existirão metas e acompanhamentos constantes. Não se pode fugir desta realidade, afinal, o acionista percebe e trabalha bem com números, sendo necessário e importante adequar a demonstração de “bons” resultados, com a execução de bons resultados.

A avaliação é fundamental para garantir que os processos de educação ambiental realmente cheguem aos seus objetivos, por isso, ela deve ser uma avaliação constante que possibilite visualizar os pontos do processo que precisam de alguma intervenção (GASPAR, 2007).

Em um guia de atividades de EA voltado para escolas, Sauvé (2000) expõe:

“(…) é importante adotar um processo de avaliação contínua, que permita aproveitar ao máximo o potencial educativo das atividades propostas,

para assegurar-se de que elas respondam aos objetivos previstos e a um processo pedagógico adequado”. A avaliação das atividades ajuda, também, na efetuação de um acompanhamento da aprendizagem obtida pelo professor da teoria e prática da educação ambiental. As observações e as anotações feitas durante o transcurso das atividades e os balanços realizados conjuntamente com os outros professores, crianças e colaboradores, poderão contribuir neste processo.

Recomenda-se também preparar um questionário guia com perguntas como as seguintes:

Como se desenvolveu a atividade? Que modificações foram feitas? Como funcionou? Quanto tempo durou? Como foi a participação das crianças? Interessaram-se? Motivaram-se? Gostaram? Houve a participação dos pais e de pessoas da comunidade? Que tipo de perguntas a atividade suscitou por parte das crianças? O que aprenderam? O que aprendemos como professores sobre o meio ambiente e sobre a pedagogia da educação ambiental?”(SAUVÉ, 2000).

Ainda de acordo com Gaspar, nota-se que Sauvé (2000) expõe uma prática de Avaliação Formativa ao se referir a um processo contínuo que deva aproveitar seu potencial educador, em seguida, se refere a uma prática de Avaliação Diagnóstica, ao se referir às anotações e comentários, e ao apresentar o questionário, algumas perguntas têm características da Avaliação Somativa, e outras caracterizam a Avaliação Emancipadora. Assim, pode-se dizer que essa proposta traz uma interação entre diferentes tipos de avaliação, de modo que eles se complementem.

ANDREWS & BARNES (*apud* SATO, TAMAIO & MEDEIROS, 2002) relatam que apesar da literatura evidenciar as diferenças entre Avaliação Formativa e Avaliação Somativa, é possível uma abordagem com ambos os enfoques, contanto que resulte na avaliação do processo. Deste modo, SATO, TAMAIO & MEDEIROS (2002), ao referir-se a avaliação de projetos de EA, se posicionam em “pautar-se na verificação de processos (Avaliação Formativa)

desenvolvidos com seus resultados (Avaliação Somativa), na qual permite novas orientações das ações para superação dos limites visando à manutenção das potencialidades”.

É importante haver análises quantitativas e qualitativas de todo o programa de EA, com todos os envolvidos no processo, desde os participantes, até os educadores e colaboradores (pessoas que trabalham na limpeza do local, que ajudam na organização / estrutura do programa, monitores, etc) envolvidos. Caso contrário, a avaliação será incompleta ou insuficiente.

Toda a avaliação deve ser pautada também, no público para qual ela se destina, ou seja, em um programa voltado para crianças deve-se analisar se as atividades são condizentes com a faixa etária, com a expectativa do público, se há ou não continuidade das ações e como ela ocorre, quais as bases teóricas que o programa é fundamentado.

A autora compreende que tais metodologias sejam utilizadas de modo complementar e integradas, possibilitando uma avaliação fidedigna dos processos de educação.

5.3.2.2. Uso de Indicadores

A demonstração de resultados é fundamental na verificação de projetos ao possibilitar uma visualização rápida e eficaz a respeito do andamento do mesmo para a apropriada tomada de decisões. Usualmente, isso se faz através de indicadores, tornando-se símbolos claros e objetivos às etapas de um projeto para os atores sociais envolvidos.

Há uma lista de indicadores quantitativos que são utilizados pelas organizações nos programas atuais: (I) quantidade de pessoas atendidas; (ii) mídias espontâneas promovidas; (iii) avaliação das atividades (geralmente notas); (iv) investimento e (v) investimento por participante.

Para o caso em estudo, o indicador que apresenta maior relevância, não é o quantitativo e sim, o qualitativo. O diálogo com o participante do projeto é essencial para a compreensão do quanto realmente houve de agregação de valor ao participar da atividade de EA. E sem dúvida, o acompanhamento pós-programa é fundamental para visualizar prováveis mudanças de comportamento nos participantes.

5.3.2.3. Formação especializada para os educadores do PEA

Brandão (2005) menciona que “quando chegamos à escola e convivemos com pessoas especializadas em ensinar, já aprendemos uma imensa parte do que nos acompanhará ao longo da vida”.

Todas as empresas pesquisadas demonstraram preocupação com a formação do educador que atua diretamente em seus projetos. Quando a empresa não possui profissionais qualificados para a execução das atividades de EA, ocorre a terceirização do serviço, ou seja, contratação de mão de obra qualificada.

O grande problema neste caso está na dificuldade de se encontrar mão de obra qualificada.

Conforme Guerra e Taglieber (2000) é na universidade que deverá produzir-se a inserção da dimensão ambiental, o que envolve as atividades produzidas socialmente por docentes, alunos, comunidade e, também, Organizações Governamentais e Não Governamentais que ordenam e fiscalizam a aplicação das políticas públicas relacionadas à Educação Ambiental.

Pompéia (1995) faz uma distinção entre educação ambiental, voltada principalmente para a participação cidadã, e a formação ambiental, voltada para a atuação profissional nas diversas áreas que possuem o meio ambiente como prioridade. Nas grandes organizações ocorrem ambos os casos.

Tal distinção é relevante para que um programa atue de forma segura quanto ao seu público e objetivos propostos, afinal, há programas direcionados para o público infantil e também há programas direcionados para a complementação da formação do professor.

As atividades de formação dos educadores ambientais nas universidades acontecem no ensino, na pesquisa e na extensão, ou ainda em formas alternativas que combinam essas três atividades. É preciso então interpretar, da forma mais completa possível, essa realidade educacional de formação de educadores.

Para Sorrentino (1998), os grandes desafios para os educadores ambientais são, de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes.

De acordo com Mizukami (1986), espera-se do educador de EA a habilidade para “provocar e criar condições para que se desenvolva uma atitude de reflexão crítica comprometida com a ação”. A introjeção de novos valores e o ‘empoderamento’ dos sujeitos representa resultados esperados para um processo de formação. É papel fundamental do educador, “empoderar o educando”, possibilitando a emergência de novos valores e novas atitudes.

A educação ambiental conduz os profissionais a uma mudança de comportamento e atitudes em relação ao meio ambiente interno e externo às organizações. A educação ambiental nas empresas tem um papel muito importante, porque desperta cada funcionário para a ação e a busca de soluções concretas para os problemas ambientais que ocorrem principalmente no seu dia-a-dia, no seu local de trabalho, na execução de sua tarefa, portanto onde ele tem poder de atuação para a melhoria da

qualidade ambiental dele e dos colegas. Esse tipo de educação extrapola a simples aquisição de conhecimento (VIEIRA, 2005).

Os obstáculos na metodologia, planejamento, execução e avaliação dos PEAs podem ser arrefecidos por um aperfeiçoamento profissional dos educadores ambientais da linha de frente, tanto em metodologia científica como na teoria/prática conceitual do ProNEA.

5.3.2.4. Aproximação da Universidade e empresas

Este é um dos itens mais importantes. Citado por 100% dos entrevistados como o fator preponderante para o bom desempenho de um PEA, por acreditarem que, na execução diária de seus programas, o maior problema / desafio, é a metodologia para a execução do programa, mencionando que este é um dos fatores mais criticados pela própria universidade, que na maioria das vezes não apresenta sugestões de melhoria.

A necessidade de aperfeiçoamento da EAEB originou-se em uma pesquisa efetuada por Pedrini e Pelliccione (2007) que realizaram um estudo exploratório da qualidade do conceito da EAEB em treze empresas potencialmente poluidoras. Na maioria delas, cerca de 60%, apresentou uma prática de EAEB deficiente, calcada em um processo equivocado e de qualidade suspeita.

[...] atividades soltas, sem organicidade entre elas e usadas como fim e não como meio para atingir a EA, como: gincanas, hortas, trilhas, distribuição de mudas de plantas, reciclagem de papel, desfiles, cartilhas, distribuição de camisetas e brindes, realização de churrasco, passeios em trilhas “ecológicas”, oficinas, etc. E nesse caso, sem que haja prévia identificação de conceitos e a tentativa de uniformizá-los para criar uma unidade de trocas pedagógicas, torna-se impossível um trabalho sério em termos educativos (PEDRINI, 2008).

Entre os valores correlacionados à sinergia entre organizações com atribuições diferentes, estão: desenvolver competências, ganho de recursos – tempo, dinheiro, informações, divisão de custos e riscos, habilidade para solucionar questões de grande magnitude. Na área socioambiental, acredita-se que o envolvimento de diferentes agentes leva a maior sustentabilidade dos projetos e à elevação dos recursos livres.

(...) a busca por parcerias foi identificada como mais factível junto a ONGs e empresas do que as universidades, provavelmente em decorrência da agilidade institucional e operacional das mesmas e dos interesses de certos setores sociais na promoção de projetos vistos como de Educação Ambiental (TRAJBER; MENDONÇA, 2006).

Faltam teorias que esclareçam ou orientem as empresas sobre como elas podem aperfeiçoar suas contribuições para a sociedade. Sabe-se que não há uma receita de bolo para o desenvolvimento de um PEA, mas acredita-se que a Academia, por ser detentora de um amplo conhecimento e interdisciplinaridade, pode contribuir eficazmente na execução de um bom programa de educação ambiental.

De acordo com Pelliccione e Pedrini (2009):

... As empresas se limitam a chamar de EA caminhadas em trilhas, visitas ecológicas, ou seja, trabalhos típicos de sensibilização (que também são denominados de EA, porém apenas se constituem em uma parte de sua proposta). Outras vezes ela aparece como respostas a Termos de Ajustes de Conduta (TAC) devido a incidentes ou acidentes ambientais ou para a certificação ambiental como a busca pela ISO 14001. Neste contexto, esses programas são de eficácia/efetividade conceitual e metodológica questionáveis, em geral, por ausência de referencial teórico-prático desde

sua concepção até a avaliação final da atividade (PELLICCIONE & PEDRINI, 2009).

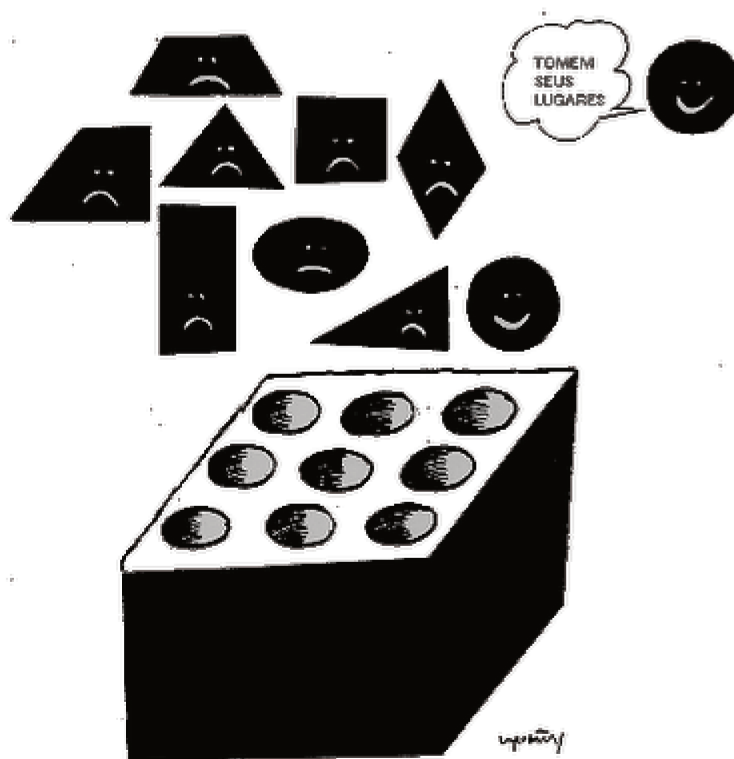
Sobre a relação da Academia com a Educação Ambiental Empresarial Brasileira, Pelliccione e Pedrini (2009) expõem:

No seu papel de produtora de conhecimento com consciência ampliada e ética, a Academia tem se sobressaído na investigação e análise de uma miríade de metodologias, práticas, e conceitos que tem permeado a EAEB, isso sem falar da capacitação de profissionais multiplicadores formados nos preceitos da Educação Ambiental crítica, emancipatória e transformadora desenvolvendo em seus cursos o conceito da transversalidade pelo caráter interdisciplinar da Educação Ambiental e assim atuarem na implementação dos programas em EAEB, fato que demanda urgência uma vez que se encontram mergulhadas em uma confusão conceitual do que seria meio ambiente. Por não perceberem e, portanto não adotarem um conceito avançado para implementarem suas ações em EA tendem a realizar suas atividades em ações pontuais esvaziadas de um sentido mais profundo, que encontram fim na superficialidade de suas ações. Ações essas que deveriam ser temas geradores e não atividades fim.

Sendo assim, se faz necessárias pesquisas como a realizada por Adams (2005). Em seu estudo foram analisadas contribuições pedagógicas para EAEB de quinze empresas de diferentes setores em vários estados brasileiros, confirmou-se a necessidade de melhoria das atividades educacionais.

Em resumo, é urgente à necessidade de contribuição da Academia no desenvolvimento de metodologias direcionadas para PEAs empresariais, tendo em vista que, indubitavelmente há esta pujante demanda. E não apenas na análise de metodologias utilizadas atualmente.

CAPÍTULO 6 - CONCLUSÃO



Cuidado, escola! Ed. Brasiliense, 1986, p. 72.

“Pesquisa é o cotidiano mais cotidiano. Não supõe lugar especial, salário adicional, horário específico. Isto não impede que alguém se dedique apenas à pesquisa como princípio científico, mas exige que toda profissionalização conserve pelo menos pesquisa como princípio educativo (...).”

(Pedro Demo)

6. Conclusão

Não basta a empresa se preocupar com a maximização dos lucros e minimização dos custos, devendo ir além se quiser longevidade. A empresa/organização exerce interferência e poder sobre a sociedade. Assim, empresa e sociedade estão em mútua interação, tornando-se evidente quando a atuação da empresa é somente em benefício próprio e em detrimento da coletividade.

É a educação dirigida ao crescimento de uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e seus problemas associados, e que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, modificações e compromissos de trabalhar individual e coletivamente para a solução de problemas atuais e a prevenção dos problemas futuros (UNESCO, 1976).

É de grande relevância a atuação das empresas privadas em ações de responsabilidade socioambiental, notadamente as voltadas para a Educação Ambiental - EA. Essas corporações investem aportes de capital todos os anos e detêm um significativo potencial de influenciar centenas ou até milhares de pessoas para uma mudança de atitude, comportamento, ética e provocar a percepção da importância dos mesmos dentro de um processo de produção ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável.

A transição de uma lógica assistencialista para uma lógica de projetos sociais, onde a participação dos beneficiários é intensificada e onde há o crescimento do envolvimento das empresas privadas no campo social, faz surgir uma maior necessidade de avaliação dos programas desenvolvidos.

Conforme já explicitado, foge ao escopo deste trabalho uma análise eminentemente individualizada destas experiências e, sim, o interesse em analisá-las conjuntamente, inseridas no contexto sócio, econômico e cultural, como um retrato das práticas sociais de empresas privadas ligadas ao setor florestal.

Desta forma, é possível concluir-se que a educação ambiental não se restringe apenas aos programas de EA que a empresa promove, mas a tudo que ao que ela faz e como o faz.

Pelas pesquisas bibliográficas realizadas, é perceptível que a Educação Ambiental, voltada para os ambientes empresariais, ainda tem sido muito tímida. Muitas vezes, resume-se a atividades isoladas, pontuais e desconectadas entre si, sem referencial teórico que possa colaborar para o aprimoramento e fortalecimento dos processos de Educação Ambiental.

Muitas empresas focam suas atividades de Educação Ambiental em aspectos estanques, pontuais, voltados, principalmente, para a “eco eficiência”, dedicando um tempo mínimo necessário para não interferir nos processos de produção, e não comprometer os compromissos e prazos assumidos com os clientes. Com isso, comprometem a qualidade da ação, com raras exceções.

Os dados analisados atestam que é possível trabalhar educação ambiental em indústria. Para que isso ocorra, uma metodologia adequada que se aproxime do modo de produção industrial é fundamental.

É possível alcançar níveis de conhecimento mais profundos na EA para profissionais. Trata-se de um processo de educação ambiental continuada, que pode extrapolar os limites do conhecimento sobre o produto da empresa e da repetição mecânica dos procedimentos operacionais, com a possibilidade de obtenção de ganhos econômico-financeiros e ambientais concretos.

Um aspecto de grande importância para o êxito de um programa de Educação Ambiental é que os participantes sejam ouvidos e motivados a apresentar sugestões para a identificação dos problemas ambientais, bem como apresentar soluções.

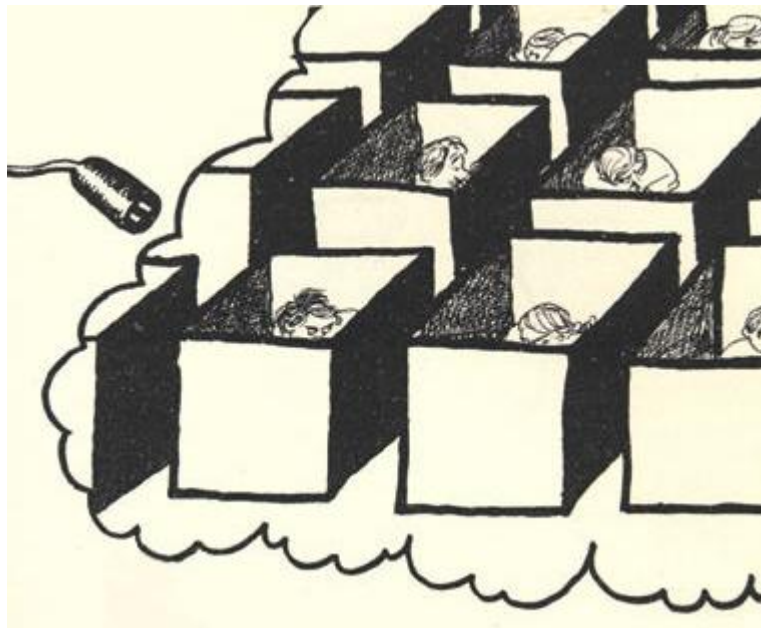
Na implementação dos programas de educação ambiental, a metodologia a ser utilizada deverá se adequar ao tema central e ao público de modo a permitir a participação efetiva de todo o grupo e estimular a visão crítica do tema central.

“Precisa-se ter claro que a EA representa ao mesmo tempo uma crítica e uma alternativa aos processos pedagógicos conservadores. Mas a sua crítica/alternativa não se limita ao espaço educativo. Elas se ampliam ao modelo econômico, social e cultural vigente, assim como às formas de se fazer política, ciência e arte, sem esquecer ainda que ela pretende influir no cotidiano, propondo relações sociais e afetivas baseadas na ética, na justiça e na sustentabilidade” (REIGOTA. 1998).

É evidente que o estudo foi benéfico, tanto para o meio ambiente quanto para a empresa e comunidade, entretanto, a continuidade desse estudo, principalmente no que tange especificamente a execução de PEA's precisa ser mantida, do contrário, será como uma ação pontual desconecta, sem comprometimento, que se perderá com o tempo.

Como sugestão para futuros trabalhos, é recomendável pesquisar uma metodologia específica para ser utilizada em um PEA, cujo público participante seja crianças e adolescente, devido principalmente ao fato de ser o público mais praticado pelas empresas nos dias de hoje.

CAPÍTULO 7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Cuidado, escola! Ed. Brasiliense, 1986, p 83.

O homem vive da natureza, quer dizer: a natureza é seu corpo, com o qual tem que manter-se em permanente intercâmbio para não morrer (Karl Marx).

7. Referências Bibliográficas

- ✓ ABREU, D. Considerações sobre a prática da educação ambiental nas empresas. In: PEDRINI, A. G. (Org.) **Educação ambiental empresarial no Brasil**. São Carlos: Rima, 2008.

- ✓ ADAMS, B. G. **Um olhar pedagógico sobre a Educação Ambiental nas empresas**. Novo Hamburgo, 2005. 72 f. Monografia (Bacharelado em Pedagogia) - Centro Universitário Feevale, Novo Hamburgo. 2005

- ✓ ALMEIDA, F.. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

- ✓ ATAÍDE, M. E. M. Informação para educação ambiental em empresas. In: MATA, S. F. da; GAVAZZA, S.; ALMEIDA, M. C.; OTTONI, A. B. **Educação ambiental, desafio do século: um apelo ético**. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 1998.

- ✓ BARBIER, R. **La Recherche Action**. Paris, Anthropos, 1996.

- ✓ BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.

- ✓ BLAYA, C. **Processo de Avaliação. Prática Educativa em Medicina, seção textos, artigos e reflexões**, Blog. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/tramse/med/textos/2004_07_20_tex.htm>. Acesso em: 5 Nov. 2011.

- ✓ BRANDÃO, C. R. Comunidades Aprendentes. In: FERRARO JR., L. A. (org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p.83-01.

- ✓ BRANDÃO, Z. (org.). A crise dos paradigmas e a educação. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

- ✓ BRASIL. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. **Institui a Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, DF, DOU, 28 abr. 1999.

- ✓ _____. **Projeto Político Pedagógico aplicado a centros de Educação Ambiental e a Salas Verdes**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental. 2005.

- ✓ BUSATO, L. C.; ARIGONI, E. N. Foco e ética no desenvolvimento de programas de educação ambiental empresarial: reflexões acerca das forças indutoras, posturas, resultados e sinergismo. In: PEDRINI, A. G. (Org.) *Educação ambiental empresarial no Brasil*. São Carlos: Rima, 2008.

- ✓ CASCINO, F. **Da educação ambiental à ecopedagogia**. São Paulo: Programa de Pós Graduação em Supervisão e Currículo da PUC SP, 1996.

- ✓ _____, F. *Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores*. São Paulo: SENAC, 1999.

- ✓ COSTA-PINTO, A. B. **Em busca da Potência de Ação: Educação Ambiental e Participação na agricultura caíçara no interior da Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida**, SP. Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental / Universidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado). 2003.

- ✓ DIAS, G. F.. **Educação ambiental: princípios e prática**. São Paulo, 1991.

- ✓ DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. Editora Atlas. São Paulo, 1991.

- ✓ FREIRE P. **Pedagogia do Oprimido**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

- ✓ _____, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

- ✓ FRITZEN, F.M., MOLON, S. I. **Educação Ambiental e a norma ISO 14001: o processo de capacitação sob a perspectiva do público interno**. In: PEDRINI, A. de G. *Educação Ambiental Empresarial*.

- ✓ GASPAR, V. T. **Estudos sobre avaliação para uma educação ambiental crítica**. Trabalho de Graduação Interdisciplinar. Limeira: Universidade Estadual de Campinas, CESET, 2007.

- ✓ GRI. Global Reporting Initiative. Disponível em: www.globalreporting.org.br. Acesso em: 12 Jul. 2012.

- ✓ GUERRA, A. F. S.; TAGLIEBER, J. E. **Uma reflexão sobre a dimensão ambiental na educação e as representações docentes**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA REGIÃO SUL, 3., 2000. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2000. 15p. 1 CD.

- ✓ GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental. Coleção temas em meio ambiente**. Rio de Janeiro: UNIGRANRIO, 2000.

- ✓ INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social**. São Paulo, 2000. P. 07. Disponível em: www.ethos.org.br. Acesso em: 27 Jun. 2011

- ✓ IPEA. **Pesquisa Ação Social das Empresas**. 2ª Edição – resultados da primeira etapa. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Brasília. 2004. Disponível em <www.ipea.gov.br>. Acesso em 20 Mar. 2012.

- ✓ LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.

- ✓ LAYRARGUES, P.P. **A cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume. 1998.

- ✓ _____. **A (in) sustentabilidade do discurso**. Políticas Ambientais, 6(19):10-11.1998.

- ✓ LEFF, E. **Saber Ambiental Sustentabilidade Racionalidade Complexidade Poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

- ✓ LOUREIRO. C.F.B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. e CASTRO, R. S. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

- ✓ _____, C.F.B. (Org.) *Cidadania e meio ambiente*. Salvador: CRA. p. 95-110. 2003.

- ✓ _____, C.F.B. Problematizando conceitos: contribuição a práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs). **Pensamento Complexo, dialética e Educação Ambiental**. São Paulo, Cortez, 2006.

- ✓ LUDKE, M.E.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: editora Pedagógica e Universitária. 1986. 203p.

- ✓ MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social – teoria, método e criatividade**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 80p.

- ✓ MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino:** As abordagens do Processo. São Paulo: EPU, 1986.

- ✓ MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro.** São Paulo. UNESCO. 2000. 118p.

- ✓ NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades.** Caderno de Pesquisas em administração, São Paulo, v.1, nº3, 2º semestre, p. 1-5, 1996.

- ✓ PEDRINI, A.G.; PELLICCIONE, N.B.B.; KELECOM, A. Educação ambiental empresarial: uma avaliação de práticas no Sudeste brasileiro. In: PEDRINI, Alexandre de Gusmão (org.). **Educação ambiental empresarial no Brasil.** São Carlos: RiMa, 2008, pp.39-55.

- ✓ PELLICCIONE, N.B.B.; PEDRINI, A.G. **A contribuição da Academia na Educação Ambiental Empresarial Brasileira.** VI Fórum de Educação Ambiental. Jornada de Educação Ambiental UFRJ. 2009. 10p.

- ✓ POMPÉIA, S. **Formação ambiental de agentes locais.** São Paulo: Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental da USP, 1995. (Dissertação de Mestrado).

- ✓ REIGOTA, M. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna.** São Paulo: Cortez, 1999.

- ✓ RIBEIRO, I. C. Educação ambiental no ambiente empresarial: um caminho para a responsabilidade social. In: PEDRINI, A. G. (Org.) **Metodologias em educação ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2007.

- ✓ SANTOS, R. F.; RODRIGUES, M. G.. **Dilemas no crescimento econômico sustentável.** Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, Aracaju, v.1, n.1, p.5-15, 2010.

- ✓ SATO, M. **“Debatendo os desafios da educação ambiental”**. In I Congresso de Educação Ambiental Pró Mar de Dentro. Rio Grande: Mestrado em Educação Ambiental, FURG & Pró Mar de Dentro, 17-21/maio/2001.

- ✓ _____, M; TAMAIO, I; MEDEIROS, H. **Reflexos das cores amazônicas no mosaico da educação ambiental**. Brasília: WWF-Brasil, 2002. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/meio_ambiente_brasil/educacao/educacao_pub/index.cfm?uNewsID=3100> Acesso em: 20 Nov. 2011.

- ✓ SAUVÉ, L. **A educação ambiental - uma relação construtiva entre a escola e comunidade**. Montreal. Projeto EDAMAZ, UQAM, 2000.

- ✓ SCHOMMER, P. C. **Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 24., 2000, Florianópolis. Anais. Florianópolis: ENANPAD, 2000.

- ✓ SORRENTINO, M. **De Tbilisi a Tessaloniki, a Educação Ambiental no Brasil**. In: JACOBI, P.; *et al.*, (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, p.27-32, 1998.

- ✓ _____, M; TRAIBER, R; MENDONÇA, P; FERRARO JUNIOR, L. A. **Educação ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

- ✓ TAPSCOTT, D.; TICOLL, D. **A empresa transparente**. – São Paulo: M. Books do Brasil LTDA, 2005.

- ✓ TINOCO, F.R. **Contribuição das ações de educação corporativa na disseminação de uma cultura de responsabilidade ambiental**. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2008, 151 f.

- ✓ TRAJBER, R.; MENDONÇA, P. R. (Org.) **Educação na diversidade**: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

- ✓ UNESCO, **Carta de Belgrado**. Revista Contacto, v. 1, n. 1, p. 1-10, 1976.

- ✓ VIEIRA, L. R. de S. **O papel da educação ambiental em empresas**. http://old.ecolatina.com.br/br/artigos/educacao_ambiental/edu_amb_04.asp Acesso em: 01 Nov 2012.

- ✓ Yin, R. K. (1994). **Case study research: design e methods** (2a ed.). London: Sage Publications.

ANEXOS

Anexo 1 - Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade (Global Reporting Initiative)

1. Princípios para elaboração de relatórios de sustentabilidade de acordo com a GRI: (1) transparência (completa divulgação dos processos, procedimentos e hipóteses usados na elaboração do relatório); (2) inclusão (a organização relatora deve, de maneira sistemática, engajar as partes interessadas para aumentar progressivamente a qualidade de seus relatórios); (3) verificabilidade (os dados do relatório devem ser relatados, compilados, analisados e divulgados de maneira que auditores externos ou fornecedores de verificação possam confirmar sua confiabilidade); (4) abrangência (toda informação relevante em relação ao desempenho econômico, ambiental e social da organização relatora deve ser apresentada no relatório de maneira consistente com os limites declarados, o escopo e o prazo); (5) relevância (grau de importância dado a um aspecto, indicador ou informação em particular); (6) contexto de sustentabilidade (a organização relatora deve colocar seu desempenho num contexto mais amplo no que se refere aos limites ecológicos, sociais ou de outra natureza, desde que esse contexto dê maior significado às informações contidas no relatório); (7) exatidão (meta de atingir alto padrão de exatidão e uma mínima margem de erro que permitam aos usuários dos relatórios tomarem suas decisões com alto grau de confiança); (8) neutralidade (relatórios devem evitar distorções na seleção e apresentação das informações e devem fornecer um relato equilibrado do desempenho da organização); (9) comparabilidade (a organização deve manter padrões consistentes para definir os limites e o escopo de seus relatórios – quando houver mudanças elas devem ser divulgadas e as informações previamente relatadas devem ser retificadas); (10) clareza (a organização relatora deve ter em mente as diferentes necessidades e os diferentes níveis de conhecimento das partes interessadas e disponibilizar as informações de maneira a atender o maior número possível de usuários, garantindo um nível adequado de detalhamento); (11) periodicidade (relatórios devem fornecer informações de acordo com um cronograma regular que satisfaça as necessidades dos usuários e seja compatível com a natureza das próprias informações)

2. Indicadores essenciais (ES) e adicionais (AD) que compõe relatórios de sustentabilidade, segundo a GRI

2.1. Indicadores de desempenho econômico

a. Impactos econômicos diretos

i. consumidores

EC1. vendas líquidas (ES)

EC2. análise regional de mercado (ES)

ii. fornecedores

EC3. custo dos bens, materiais e serviços adquiridos (ES)

EC4. porcentagem de contratos pagos segundo os termos estabelecidos, exceto disposições acordadas no que tange a penalidades (ES)

EC11. classificação de fornecedores por organização e país (AD)

iii. empregados

EC5. total da folha de pagamento e benefícios (incluindo salários, pensões, outros benefícios e pagamentos de indenização por demissão) agrupados por país ou região (ES)

iv. investidores

EC6. distribuições para investidores, discriminadas por juros sobre dívidas e empréstimos, e dividendos em todos os tipos de ações, apontando-se qualquer atraso no pagamento de dividendos preferenciais (ES)

EC7. Aumento / decréscimo em ganhos retidos ao fim do período (ES)

V. setor público

EC8. Soma de todos os tipos de impostos já pagos discriminados por país (ES)

EC9. Subsídios recebidos de acordo com o país ou região (ES)

EC10. Doações à comunidade, à sociedade civil e a outros grupos, em dinheiro ou em espécie, discriminadas por tipo e por grupo (ES)

EC12. Total gasto no desenvolvimento de infra-estruturas para negócios não-centrais (AD)

B. impactos econômicos indiretos

EC13. Impactos econômicos indiretos da organização (AD)

2.2. Indicadores de desempenho ambiental

C. materiais

EN1. Uso total de materiais por tipo (exceto água) (ES)

EN2. Porcentagem de materiais utilizados que eram resíduos (processados ou não) de fontes externas à organização relatora (ES)

D. energia

EN3. Consumo direto de energia, segmentado por fonte primária (ES)

EN4. Consumo indireto de energia (ES)

EN17. Iniciativas para uso de fontes de energia renováveis e para aumentar a eficiência da energia empregada (AD)

EN18. Consumo anual de energia para os principais produtos, ou seja, exigências anuais de energia durante a vida do produto (AD)

EN19. Outros usos indiretos de energia (exploração, produção e comercialização) e suas implicações, tais como viagens de negócios, administração do ciclo de vida do produto e uso de materiais que requerem muita energia (AD).

E. Água

EN5. Consumo total de água (ES)

EN20. Fontes de água e ecossistemas / habitats significativamente afetados pelo consumo de água (AD)

EN21. Remoção anual de solo e água de superfície em relação à quantidade anual renovável de água disponível (AD)

EN22. Reciclagem e reutilização total de água (AD)

F. biodiversidade

EN6. Localização e tamanho das terras pertencentes à organização, arrendadas ou administradas por ela em habitats ricos em biodiversidade (ES)

EN7. Descrição dos principais impactos sobre a biodiversidade associados a atividades e/ou produtos e serviços em ambientes terrestres, de água doce ou marítimos (ES)

EN23. Quantidade total de terras possuídas, arrendadas ou administradas para atividades de produção ou uso extrativo (AD)

EN24. Quantidade de superfície impermeável em relação a terras compradas ou arrendadas, em porcentagem (AD)

EN25. Impactos de atividades e operações sobre áreas protegidas ou sensíveis (AD)

EN26. Mudanças nos habitats naturais resultantes de atividades e operações e percentual protegido ou restaurado (AD)

EN27. Objetivos, programas e metas para proteger e restaurar ecossistemas e espécies nativas em áreas degradadas (AD)

EN28. Número de espécies na lista vermelha da UICN com habitats em áreas afetadas pelas operações (AD)

EN29. Unidades de negócios operando ou planejando operações em áreas protegidas ou sensíveis, ou ao seu redor (AD)

G. emissões, efluentes e resíduos

EN8. Emissões de gases causadores do efeito estufa (ES)

- EN9. Uso e emissões de substâncias destruidoras de ozônio (ES)
- EN10. Emissões atmosféricas significativas pelo tipo (ES)
- EN11. Quantidade total de resíduos por tipo e destino (ES)
- EN12. Descargas significativas na água (ES)
- EN13. Derramamento significativo de produtos químicos, óleos e combustíveis pelo número total de ocorrências e pelo volume total (ES)
- EN30. Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa (AD)
- EN31. Toda a produção, transporte, importação e exportação de qualquer resíduo considerado prejudicial pelos termos da Convenção da Basileia (AD)
- EN32. Fontes de água (e ecossistemas ou habitats relacionados) significativamente afetados pela descarga e escoamento de água (AD)

H. fornecedores

- EN33. Desempenho dos fornecedores relativo aos componentes ambientais de programas e procedimentos descritos em resposta à seção “Estrutura de governança e sistemas de gestão” (AD)

I. Produtos e serviços

- EN14. Impactos ambientais significativos dos principais produtos e serviços (ES)
- EN15. Porcentagem recuperável dos produtos vendidos ao fim do seu ciclo de vida e porcentagem efetivamente recuperada (ES)

J. Concordância

- EN16. Incidentes ou multas por não cumprimento das declarações, convenções, tratados internacionais, legislação nacional, subnacional, regional e local sobre assuntos ambientais (ES)

K. Transporte

EN34. Impactos ambientais significativos de transporte utilizado. (AD)

L. geral

EN35. Total de gastos ambientais e especificação por tipo (AD)

2.3. Indicadores de desempenho social

M. práticas trabalhistas e trabalho decente

I. Emprego

LA1. Especificar a mão-de-obra, se possível por região ou país, status (empregado ou não), tipo de emprego (integral ou parcial) e tipo de contrato de trabalho (permanente, tempo determinado ou temporário) (ES)

LA2. Criação de empregos e rotatividade, por região/país (ES)

LA12. Benefícios de empregados além dos previstos por lei (AD)

ii. Trabalho / relações de administração

LA3. Porcentagem de empregados representados por organizações sindicais independentes ou outros representantes legítimos, ou percentagens de empregados amparados por acordos de negociação coletiva, por região/país (ES)

LA4. Política e procedimentos envolvendo informação consulta e negociação com empregados a respeito de mudanças nas operações da organização relatora (ES)

LA13. Provisão para representação formal de trabalhadores em tomadas de decisão ou administração, incluindo governança corporativa (AD)

iii. Saúde e segurança

LA5. Práticas sobre registro e notificação de acidentes e doenças ocupacionais (ES)

LA6. Descrição de comitês formais sobre segurança e saúde dos trabalhadores (ES)

LA7. Lesões típicas, dias perdidos, índice de absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho (incluindo trabalhadores subcontratados) (ES)

LA8. Descrição de políticas ou programas a respeito de HIV/AIDS (ES)

LA14. Evidência de conformidade substancial com as Diretrizes

Sobre Sistemas De Gestão De Segurança E Saúde No Trabalho (AD)

LA15. Descrição de acordos formais com sindicatos ou outros representantes legítimos dos trabalhadores, envolvendo segurança e saúde no trabalho; proporção da força de trabalho amparada por qualquer destes acordos (AD)

iv. Treinamento e educação

LA9. Média de horas de treinamento por ano, por empregado e por categoria (ES)

LA16. Descrição de programas para apoiar a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerar fins de carreira (AD)

LA17. Políticas e programas específicos para gestão de habilidades ou aprendizado para toda a vida (AD)

V. diversidade e oportunidades

LA10. Descrição das políticas ou programas de iguais oportunidades, bem como sistemas de monitoramento para garantir seu cumprimento (ES)

LA11. Composição do corpo diretivo e do grupo responsável por governança corporativa, observando proporção homem/mulher e outros indicadores de diversidade culturalmente apropriados (ES)

N. Direitos humanos

I. Estratégia e administração

HR1. Descrição de políticas, diretrizes e estrutura corporativa e procedimentos para lidar com todos os aspectos de direitos humanos relevantes nas operações da organização, incluindo monitoramento de resultados (ES)

HR2. Evidencia de consideração dos impactos sobre os direitos humanos como parte de investimentos e tomadas de decisão de compra, incluindo a seleção de fornecedores ou contratados (ES)

HR3. Descrição de políticas e procedimentos para avaliar e abordar o desempenho em direitos humanos dentro da cadeia de fornecedores e contratados (ES)

HR8. Treinamento de empregados em políticas e práticas concernentes a todos os aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações (AD)

ii. Não discriminação

HR4. Descrição de política global e procedimentos ou programas que previnam todas as formas de discriminação, incluindo sistemas de monitoramento e resultados desse monitoramento (ES)

iii. Liberdade de associação e negociação coletiva

HR5. Descrição da política de liberdade de associação e a extensão pela qual esta política é universalmente aplicada, independentemente de leis locais, bem como descrição de procedimentos ou programas para tratar do assunto (ES)

iv. Trabalho infantil

HR6. Descrição de políticas que excluam o trabalho infantil, conforme definido pela Convenção 138 da OIT, e a determinação e aplicação visível dessa política, bem como a descrição de procedimentos ou programas para tratar o assunto (ES)

V. trabalho forçado e compulsório

HR7. Descrição de políticas para prevenir o trabalho forçado e compulsório e a extensão pela qual essas políticas são visivelmente estabelecidas e aplicadas para tratar do assunto (ES)

vi. Práticas de disciplina

HR9. Descrição de processos judiciais, incluindo questões relativas aos direitos humanos (AD)

HR10. Descrição de política de não retaliação e sistema efetivo e confidencial de recebimento das queixas dos funcionários (AD)

vii. Práticas de segurança

HR11. Treinamento em direitos humanos para segurança dos funcionários (AD)

viii. Direitos indígenas

HR12. Descrição de política, diretrizes e procedimentos para tratar das necessidades de indígenas (AD)

HR13. Descrição de mecanismos para atendimento de queixas e de reclamações da comunidade indígena (AD)

HR14. Parte da receita operacional distribuída para comunidades indígenas locais (AD)

ix. Comunidade

SO1. Descrição de políticas para gerenciar impactos sobre as comunidades que vivem em áreas afetadas pelas atividades da organização, bem como descrição de procedimentos ou programas para tratar do assunto, incluindo sistemas de monitoramento e resultados desse monitoramento (ES)

SO4. Prêmios recebidos que sejam relevantes para o desempenho social, ético e ambiental (AD)

X. Suborno e corrupção

SO2. Descrição de políticas, procedimentos, sistemas gerenciais e mecanismos de conformidade para organizações e empregados com relação a suborno e corrupção (ES)

xi. Contribuições políticas

SO3. Descrição de políticas, procedimentos, sistemas gerenciais e mecanismos de conformidade para a administração de lobbies e contribuições políticas (ES)

SO5. Quantia de dinheiro paga a partidos políticos e instituições cuja principal função consiste em financiar partidos políticos ou seus candidatos (AD)

xii. Competição e preços

SO6. Decisões legais com respeito a casos referentes à legislação antitruste e de regulamentação de monopólio (AD)

SO7. Descrição de políticas, procedimentos, sistemas gerenciais e mecanismos de conformidade para prevenção de práticas de concorrência desleal (AD)

O. Responsabilidade sobre o produto

I. Saúde e segurança do consumidor

PR1. Descrição de políticas para preservar a saúde e a segurança do consumidor durante o uso de produtos e serviços, e a extensão pela qual estas políticas são visivelmente estabelecidas e aplicadas, bem como descrição de procedimentos ou programas para tratar do assunto, incluindo sistemas de monitoramento e resultados desse monitoramento (ES)

PR4. Número e tipo de instâncias de não-conformidade com a legislação referente à saúde e segurança do consumidor, incluindo penalidades e multas impostas por essas violações (AD)

PR5. Número de reclamações recebidas por organismos regulatórios ou organizações oficiais similares para inspecionar ou regular a garantia de saúde e segurança no uso de produtos e serviços (AD)

PR6. Conformidade voluntária a um código de conduta, selos nos rótulos dos produtos que a organização está qualificada para utilizar ou prêmios referentes à responsabilidade social e/ou/ambiental (AD)

ii. Produtos e serviços

PR2. Descrição de políticas, procedimentos, sistemas gerenciais e mecanismos de conformidade relacionados a informações sobre o produto e sua rotulagem (ES)

PR7. Número e tipo de instâncias de não-conformidade com a legislação referentes a informações e rotulagem do produto, incluindo qualquer penalidade ou multa imposta por essas violações (AD)

PR8. Descrição de políticas, procedimentos, sistemas gerenciais e mecanismos de conformidade relacionados à satisfação do consumidor, incluindo resultados de pesquisas sobre o assunto (AD)

iii. Propaganda

PR9. Descrição de políticas, procedimentos, sistemas gerenciais e mecanismos de conformidade para adesão a padrões e códigos voluntários relacionados à propaganda (AD)

PR10. Número e tipos de violação de regulamentações de propaganda e marketing (AD)

iv. Respeito à privacidade

PR3. Descrição de políticas, procedimentos, sistemas gerenciais e mecanismos de respeito à privacidade do consumidor (ES)

PR11. Número de reclamações registradas com respeito à violação de privacidade dos consumidores (AD).

Anexo 2 – Descrição de exemplos de normas e certificações, divididos em quatro áreas principais: qualidade, meio ambiente, saúde e segurança e sustentabilidade (GRÜNINGER & OLIVEIRA, 2002)

QUALIDADE

ISO: ISO 9001, 9002, 9003

Os padrões ISO – International Standard Organization – são focados em desenvolvimento e certificação de sistemas de gerenciamento. Incorporam processos de execução de políticas, planejamento, implementação e operação, auditoria, ações preventivas e corretivas e revisão com foco geral na melhoria contínua. A comunicação é elemento chave para os padrões ISO. Existe pouca ênfase no diálogo com “*stakeholders*”.

MEIO AMBIENTE

EMAS

EMAS (European Eco-Management and Audit Scheme) é um padrão dirigido às indústrias. O registro é local. Foca políticas, programas e sistemas de gerenciamento ambientais. É voluntário, mas requer validação independente e relatórios públicos. Encoraja a empresa a estabelecer equilíbrio entre negócios e responsabilidade pública.

ISO 14000

Parte da série ISO, a ISO 14000 possui foco específico em aspectos ambientais. Está alinhada e é complementar aos padrões ISO 9000.

SAÚDE E SEGURANÇA

OHSAS 18001

OHSAS 18001 (Organizational Health and Safety Assessment Series) trata das questões de saúde e segurança organizacional. Tem suporte de organizações padronizadoras internacionais e requer um sistema completo de gerenciamento de risco em áreas industriais.

HCS

HCS (Humane Cosmetic Standard) é resultado de uma coalizão de grupos protetores de animais. Tem por objetivo reduzir o número de animais utilizados em testes cosméticos. O padrão descreve processos para definir e envolver a política empresarial, monitoramento do desempenho e verificação independente de sistemas de monitoramento. O processo de relato é limitado. Empresas que seguem os requisitos podem estampar um selo nos produtos.

SUSTENTABILIDADE (inclui aspectos sociais, ambientais e econômicos)

FSC

O padrão FSC (Forest Stewardship Council) é um padrão com certificação com requerimentos definidos para planejamento, definição de objetivos e meios para alcance destes objetivos. O FSC tem foco no impacto ambiental do gerenciamento florestal, mas inclui também o impacto em comunidades locais e trabalhadores e a viabilidade econômica do uso florestal. Monitora toda a cadeia produtiva e enfatiza a documentação e rastreabilidade.

MSC

O MSC (Marine Stewardship Council) é um padrão de certificação para a pesca sustentável. Como o FSC, o MSC é um produto da colaboração de organizações de proteção ambiental, como o WWF, e representantes do setor privado.

AA1000

O AA1000 (AccountAbility 1000) é um padrão certificável da responsabilidade social, focando em assegurar a qualidade da contabilidade, auditoria e relato da responsabilidade social e ética. Seu processo é orientado pelo engajamento de *stakeholders* através de diálogo com a empresa

para melhoria contínua. É baseado em transparência e desempenho. O padrão foi desenvolvido pelo ISEA – Institute of Social and Ethical Accountability de Londres.

GRI

O guia para relatórios de sustentabilidade da GRI (Global Reporting Initiative) foi desenvolvido através do diálogo “*multistakeholder*”. O GRI possui foco no relato e não é certificável. O GRI tem como objetivo cobrir um amplo conjunto de aspectos sociais e éticos, bem como aspectos ambientais e econômicos.

SA8000

A SA8000 (Social Accountability 8000) da SAI – Social Accountability International – é um padrão de responsabilidade social e prestação de contas, com foco em condições de trabalho. Baseia-se em normas internacionais como as convenções da OIT, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança. Inclui definições de políticas, monitoramento de atividades e resultados, verificação de conformidade, comunicação de procedimento e desenvolvimento de sistemas de gerenciamento. A SA8000 foi desenvolvida e é objeto de um processo de melhoria contínua, construído em consenso pelo diálogo com *stakeholders*. Não inclui o engajamento de *stakeholders* como parte essencial do processo de responsabilidade social e prestação de contas.